

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Luís Fernando Lopes

Charge Jornalística:

**Estudo do Discurso Chargístico da
Folha de S.Paulo Veiculado no Período da Crise
Deflagrada pelo Primeiro Comando da Capital
(PCC)**

**MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E
SEMIÓTICA**

São Paulo

2008

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Luís Fernando Lopes

Charge Jornalística:

**Estudo do Discurso Chargístico da
Folha de S.Paulo Veiculado no Período da Crise
Deflagrada pelo Primeiro Comando da Capital
(PCC)**

**MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E
SEMIÓTICA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Semiótica, Área de Concentração Signo e Significação nas Mídias, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Profª Doutora Leda Tenório da Motta.

São Paulo

2008

ERRATA

ÍNDICE REMISSIVO DE ILUSTRAÇÕES (POR AUTOR/DATA)

- Charge 1 (de Glauco, 15.05.2006), p. 49 e 82.
Charge 2 (de Angeli, 16.05.2006), p. 57 e 82.
Charge 3 (de Glauco, 17.05.2006), p. 82.
Charge 4 (de Angeli, 18.05.2006), p. 82.
Charge 5 (de Jean, 19.05.2006), p. 60 e 82.
Charge 6 (de Glauco, 20.05.2006), p. 82.
Charge 7 (de Angeli, 21.05.2006), p. 83.
Charge 8 (de Angeli, 22.05.2006), p. 83.
Charge 9 (de Glauco, 23.05.2006), p. 83.
Charge 10 (de Angeli, 24.05.2006), p. 53 e 83.
Charge 11 (de Glauco, 25.05.2006), p. 24, 53 e 83.
Charge 12 (de Angeli, 26.05.2006), p. 66 e 83.
Charge 13 (de Angeli, 01.06.2006), p. 66 e 84.
Charge 14 (de Angeli, 04.06.2006), p. 84.
Charge 15 (de Angeli, 13.06.2006), p. 84.
Charge 16 (de Angeli, 29.06.2006), p. 84.
Charge 17 (de Glauco, 06.07.2006), p. 51 e 84.
Charge 18 (de Angeli, 11.07.2006), p. 84.
Charge 19 (de Glauco, 14.07.2006), p. 52 e 85.
Charge 20 (de Jean, 15.07.2006), p. 85.
Charge 21 (de Angeli, 16.07.2006), p. 85.
Charge 22 (de Angeli, 17.07.2006), p. 64 e 85.
Charge 23 (de Glauco, 18.07.2006), p. 58 e 85.
Charge 24 (de Glauco, 09.08.2006), p. 85.
Charge 25 (de Angeli, 10.08.2006), p. 62 e 86.
Charge 26 (de Glauco, 11.08.2006), p. 86.
Charge 27 (de Angeli, 13.08.2006), p. 86.
Charge 28 (de Glauco, 15.08.2006), p. 63 e 86.
Figura 1 (de Spencer Tunick, 28.04.2002), p. 11.
Figura 2 (de Angeli, 29.04.2002), p. 11.
Figura 3 (de Carvall, s.d.), p. 19.
Figura 4 (de Osvaldo, s.d.), p. 19.
Figura 5 (de Glauco, s.d.), p. 20.
Figura 6 (de Michelangelo, 1504), p. 22.
Figura 6a (de Manuel de Araújo Pôrto-Alegre, 14.12.1837), p. 32.
Figura 7 (de Rafael Bordalo Pinheiro, 26.06.1875), p. 33.
Figura 8 (de Rafael Bordalo Pinheiro, 1844), p. 33.
Figura 9 (de Angelo Agostini, 1864-1865), p. 34.
Figura 10 (de Angelo Agostini, 1866-1867), p. 34.
Figura 11 (de Angelo Agostini, 1866-1867), p. 34.
Figura 12 (de Angelo Agostini, 05.02.1887), p. 35.
Figura 13 (de Angelo Agostini, 19.05.1888), p. 35.
Figura 14 (de Angelo Agostini, 1882), p. 35.
Figura 15 (de Angelo Agostini, 1889), p. 35.
Figura 16 (de Péricles, 10.10.1959), p. 37.
Figura 17 (de Péricles, 31.01.1959), p. 37.
Figura 18 (de O Pasquim, s.d.), p. 39.
Figura 19 (de Jaguar, s.d.), p. 39.
Figura 20 (de Henfil, s.d.), p. 39.

Banca Examinadora:

Dedico este trabalho a meus pais, cujo estímulo e incansável apoio me permitiram chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho tornou-se possível graças à colaboração sempre pronta, paciente e generosa de muitas pessoas.

Destaco, em especial, as pontuais orientações da Prof^a Leda Tenório da Mota e as sugestões do Prof. Eric Landowski (quando ele aqui esteve, no Brasil, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC/SP, e nos presenteou com um pouco de seu imensurável conhecimento).

Um enorme agradecimento a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram na execução deste trabalho e à CAPES, pela bolsa que proporcionou meus estudos na PUC/SP.

RESUMO

Luís Fernando Lopes

Charge Jornalística: Estudo do Discurso Chargístico da *Folha de S.Paulo* Veiculado no Período da Crise Deflagrada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC)

A *charge* – como texto e gênero discursivo inserido no jornal impresso – pode mobilizar, simultaneamente, em sua textualização, mais de uma linguagem: a verbal (da palavra escrita) e outras não-verbais (do desenho, do traço, das formas, das cores e dos arranjos diagramático e combinatório de todos esses elementos). Nesse sentido, este trabalho de pesquisa tem por finalidade analisar a articulação da linguagem sincrética verbal e visual das *charges* publicadas num importante veículo de comunicação de massa, no intuito de se verificar o processo de textualização da *charge* como mais um texto de opinião presente no jornal impresso, contribuindo, dessa forma, para a compreensão dos seus efeitos de sentido. Para tal empreendimento, tomar-se-á, portanto, como *corpus* de análise o jornal *Folha de S.Paulo* (em específico suas *charges* veiculadas na página A2 – intitulada *Opinião* – que tiveram como tema central a crise de segurança pública deflagrada em maio/2006 pelos ataques do *PCC*), evidenciando as relações discursivas que interagiram para a construção do sentido quanto aos *textos chargísticos* publicados nessa mídia impressa. Além da evidenciação das mencionadas relações, este trabalho também tem por objetivo compor um importante registro histórico de todas as *charges* publicadas com a temática da crise de segurança pública deflagrada pelo *PCC*, especificamente quanto às três fortes ondas de ataque que ocorreram a partir de maio/2006.

Palavras-chave: charge jornalística, discurso chargístico, gênero opinativo, efeitos de sentido, jornal.

ABSTRACT

A political cartoon – both as text and discursive genre inserted into the printed media – can mobilize in its textualization more than one language at the same time: verbal language (the written word) and other nonverbal languages (drawings, colors, shapes and the diagrammatical combinatory arrangement of all these elements). In that sense, this research aims at analysing the articulation of syncretic verbal language and visual language of political cartoons published by a reputable mass communication vehicle, to examine the textualization process implied in the political cartoons as one more opinion text present in printed newspaper, thus contributing to understanding its sense effects. For that proposition, the newspaper Folha de S.Paulo was used as a corpus (especially its political cartoons printed on page A2 – entitled Opinion – which had as their core theme the public security crisis that burst in May, 2006 with the attacks carried out by the Primeiro Comando da Capital – PCC (the Capital's First Command) – showing the discursive relationships interacting in the construction of sense as to the cartoon texts published in that printed media vehicle. This work also has the intention to form a important historical register with all political cartoons that were published and related to the public security crisis that burst in May, 2006 with the attacks carried out by the PCC.

Keywords: journalistic political cartoon, political cartoon discourse, opinion genre, sense effect, newspaper.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS, ATAQUES DO PCC E QUESTÕES DE ÂMBITO CONCEITUAL | 10 |
| 1. Considerações Iniciais Acerca da <i>Ilustração Chargística</i> e <i>Corpus</i> da Pesquisa | 10 |
| 2. O Impacto dos Ataques do PCC e a Repercussão Causada | 12 |
| 3. As Estratégias Discursivas do Emprego da <i>Charge</i> pela Mídia Jornalística Impressa | 15 |
| 4. Questões de Âmbito Conceitual: Diferenciações entre <i>Charge</i> , <i>Caricatura</i> , <i>Cartum</i> e <i>Ilustração</i> | 17 |
| 4.1. Definições dentro do Senso Comum | 17 |
| 4.2. Definições de acordo com a <i>Folha de S.Paulo</i> | 18 |
| 4.3. As Conceituações Segundo Dicionário e Teóricos de Comunicação | 20 |
| 4.4. Conceituações: Incompletudes, Conflitos e Ressalva | 21 |
| 5. Considerações acerca das Noções de <i>Texto</i> , <i>Texto Chargístico</i> , <i>Sentido</i> e <i>Contexto</i> | 21 |
| II – A PRESENÇA DE DESENHOS CHARGÍSTICOS EM PERIÓDICOS BRASILEIROS: DO SURGIMENTO NO PRIMEIRO IMPÉRIO À CONTEMPORANEIDADE | 29 |
| III – A CHARGE JORNALÍSTICA NA FOLHA DE S.PAULO: MODO CONSTITUTIVO E DE PRESENÇA | 41 |
| 1. A Imagem: Origens, Usos e Contraposições | 41 |
| 2. Imagens: Signos, Representações e Complementaridade | 43 |
| 3. Aspectos Constitutivos das <i>Charges</i> | 48 |
| 3.1. A Imagem Chargística e seus Componentes Verbais e Visuais | 48 |
| 3.2. A Hipérbole Visual dos Traços, Formas e Cores | 50 |
| 4. A Sátira de Costumes | 53 |
| 4.1. Questões de Humor e Ironia: a Construção dos Efeitos de Sentido | 55 |
| 4.1.1. O Humor na <i>Charge</i> Jornalística | 56 |
| 4.1.2. A Ironia: um Discurso pelo Averso | 59 |
| 5. Questões de Intertextualidade | 61 |
| 6. O Discurso Chargístico na Mídia Impressa: a <i>Charge</i> e o Discurso Opinativo dos Jornais | 66 |
| 6.1. O Discurso Presente na <i>Primeira Página</i> | 66 |
| 6.1.1. A <i>Primeira Página</i> como Síntese de uma Edição | 67 |
| 6.2. O <i>Editorial</i> e o Discurso Chargístico | 69 |
| 6.3. A <i>Charge</i> e o seu Lugar na Página Intitulada <i>Opinião</i> | 70 |
| CONCLUSÃO | 72 |
| REFERÊNCIAS | 78 |

| | |
|---|----|
| ANEXO A – Charges veiculadas no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> referentes à crise de segurança pública deflagrada pelo PCC em 2006 | 82 |
| ANEXO B – Estatuto do PCC | 88 |
| ANEXO C – Carta de Misael Aparecido da Silva (um dos fundadores do Primeiro Comando da Capital) | 90 |
| ANEXO D – Íntegra do manifesto do PCC veiculado em 13.08.2006 pela Rede Globo | 92 |
| ANEXO E – Íntegra do comunicado divulgado em 13.08.2006 pela Rede Globo | 94 |

INTRODUÇÃO

A escolha da *charge jornalística* da *Folha de S.Paulo* como tema desta dissertação (especificamente aquelas veiculadas no período da crise de segurança pública deflagrada, em maio/2006, pelos ataques do *Primeiro Comando da Capital – PCC*) foi o fato de que, na leitura cotidiana do jornal em questão, deparamo-nos, freqüentemente, com textos verbais e imagéticos (fotografias, por exemplo) muito impressionantes e desafiadores que compartilharam o seu espaço com *imagens ilustrativas* ainda mais instigantes em sua significação.

Certamente, muito contribuiu para a idealização desta dissertação o contínuo esforço que todos as pessoas têm de realizar, diariamente, para dessas imagens ilustrativas depreender o máximo de significação e de relações de que forem capazes, com bons critérios e coerência, é claro.

Indubitavelmente, há uma necessidade de se empreender todos os esforços disponíveis para a máxima exploração do extenso universo de significações propagadas nos diferentes veículos de comunicação com os quais nos deparamos no cotidiano.

Há, com certeza, muitos livros e manuais de diagramação, de editoração e de jornalismo que discorrem sobre aspectos técnicos e funcionais para o arranjo e a disposição das ilustrações jornalísticas. Todavia, esses documentos não se dedicam a uma análise mais aprofundada desse objeto midiático, tão presente no dia-a-dia das pessoas que se dedicam à leitura de jornais (sejam impressos ou em mídia eletrônica).

Ao contrário do que acontece com as notícias, com as reportagens, com as análises críticas e com os artigos (verbais) de opinião, as ilustrações chargísticas do jornal *Folha de S.Paulo* podem ser acessadas, atualmente, inclusive por meio eletrônico, sem que o leitor seja, necessariamente, assinante do jornal ou do próprio servidor de acesso à internet. Trata-se de uma estratégia (adotada pelo jornal) nada ingênua e muito relevante, aliás, digna de pontuação, certamente. Em outras palavras, a *charge* veiculada pela *Folha de S.Paulo* pode ser acessada livremente na internet, ao contrário dos demais textos, para os quais são exigidos o código do usuário e a respectiva senha.¹

¹ A constatação dessa assertiva pode ser obtida, por exemplo, na seguinte página, referente à primeira *charge* veiculada, em 15.05.2006, sobre a crise da segurança pública deflagrada, em 2006, com os ataques do PCC: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/inde15052006.htm>>.

Esta dissertação está sendo desenvolvida na *Área de Comunicação e Semiótica* em virtude de sua relação direta (ainda não devidamente explorada no âmbito acadêmico) entre o objeto de estudo deste projeto (que é a *charge jornalística*) e as áreas de *Comunicação e Semiótica*.

Por conseguinte, o recorte que se pretende empreender ao andamento deste trabalho está diretamente relacionado à área de concentração *Signo e Significação nas Mídias*, bem como à linha de pesquisa *Epistemologia da Comunicação e Semiótica das Mídias*. Nesse sentido, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo poderá contar em seu rol de pesquisas com um estudo diferenciado sobre essa temática.

Quanto ao referencial teórico-metodológico, recorrer-se-á, dentre outros, no intuito de se proceder à respectiva análise:

a) a um breve apanhado histórico da *charge* e das *ilustrações* nos periódicos brasileiros;

b) a determinadas formulações teóricas da análise do discurso, de linha francesa, em sua vertente enunciativa, levando-se em consideração os conceitos de: *texto*, *contexto* e *estrutura profunda*, com fundamentos do semioticista José Luiz Fiorin e do lingüista Francisco Platão Saviolli;

c) a elementos teóricos da área de comunicação jornalística, como os preceitos relacionados: ao *editorial de opinião* e aos *tipos de ilustração jornalística (charges, caricaturas, cartuns e ilustrações)*;

d) a determinadas abordagens teóricas do semioticista francês Eric Landowski, no âmbito da Sociosemiótica e às questões sobre o humor e ironia;

e) a determinados pressupostos teóricos relativos ao humor e à ironia, de fundamentação do pensador Sírio Possenti.

I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS, ATAQUES DO PCC E QUESTÕES DE ÂMBITO CONCEITUAL

1. Considerações Iniciais Acerca da *Ilustração Chargística* e *Corpus* da Pesquisa

A *charge* – como texto e gênero discursivo inserido no jornal impresso – pode mobilizar, simultaneamente, em sua textualização, mais de uma linguagem: a verbal (da palavra escrita) e outras não-verbais (do desenho, do traço, das formas, das cores e dos arranjos diagramático e combinatório de todos esses elementos).

Nesse sentido, este trabalho de pesquisa tem por finalidade analisar a articulação da linguagem sincrética verbo-visual das *charges* publicadas num importante veículo de comunicação de massa, o jornal *Folha de S.Paulo*, no intuito de se verificar o processo de textualização da *charge* como mais um texto de opinião presente no jornal impresso, contribuindo, dessa forma, para a compreensão dos seus efeitos de sentido.

De acordo com a lingüista Norma Discini (2005, p. 100):

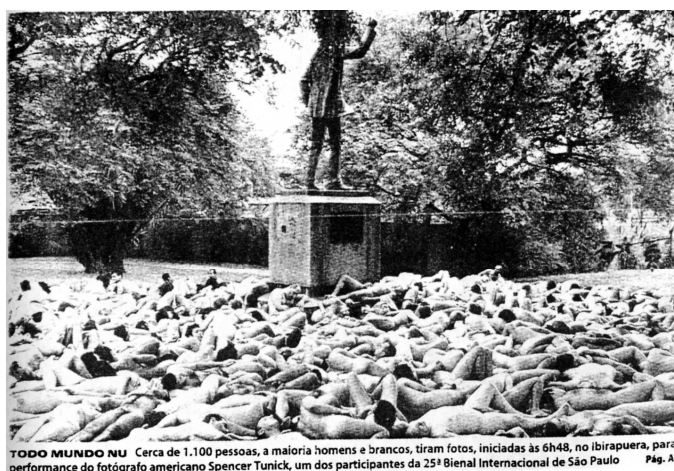
Chama-se *charge* um texto predominantemente figurativo, que parodisticamente retoma notícias veiculadas pela própria mídia e ao fazê-lo, não apenas brinca com as figuras caricaturadas e com a própria notícia, mas também imprime à voz do enunciador do veículo de comunicação em que se insere um tom relativizador, já que lúdico.

Assim, tomar-se-á, nesta dissertação, como *corpus* de análise o jornal *Folha de S.Paulo* (em específico suas *charges* – veiculadas na página A2, de *Opinião* – que tiveram como tema central a crise de segurança pública deflagrada em maio/2006 pelos ataques do *PCC*), evidenciando as relações que interagiram para a construção do sentido quanto aos *textos chargísticos* publicados nessa mídia impressa.

Esta dissertação está, portanto, centrada na *charge jornalística*, uma vez que, cotidianamente, ela está presente e, de forma contundente, interage com outros textos escritos e/ou imagéticos apresentados no mencionado periódico, sem falar, é claro, que muitas *charges* também apresentam textos verbais em sua própria composição interna.

Há que se ressaltar, no entanto, que a *charge* tem um caráter desafiador, pois faz com que, muitas vezes, o leitor de um jornal não encontre o sentido facilmente, tendo de procurá-lo em um ou mais textos, verbais ou não, que formam o todo daquela página e/ou daquela edição do jornal.

Há casos (e não são poucos) em que essa interação entre os textos verbais e os não-verbais ocorre somente entre edições de dias diferentes, como nos exemplos apresentados por Discini (2005, p. 101), nas **Figuras 1 e 2** (apresentadas a seguir).



Figuras 1 e 2

Nesse exemplo, a *charge* parodia a fotografia da 25ª *Bienal Internacional de São Paulo*, sendo que o riso construído no texto vem juntamente com uma categórica crítica de costumes. De acordo com Discini (2005, p. 379), houve, aqui,

uma recuperação da fotografia² pela *charge*³, sendo que esta apresenta figuras caricaturadas. Ainda segundo a teórica:

[...] a foto em destaque na véspera é transportada do contexto de exposição de arte, para um ambiente de miséria, em que os corpos se amontoam não com um objetivo estético, mas por absoluta privação social e econômica. A crítica do desamparo a que são relegados os miseráveis, enquanto outros se amontoam para uma foto de arte, está implícita na [...] charge. (DISCINI, 2005, p. 379-380).

2. O Impacto dos Ataques do PCC e a Repercussão Causada

O impacto e a repercussão das ações coordenadas pelo PCC em maio, julho e agosto/2006, foram sem precedentes. Em razão disso, a revista *Caros Amigos* publicou, em 28.05.2006, a sua primeira *Edição Extra*, intitulada *PCC*; isso em meio à primeira e mais forte onda de ataques, dentre as três que ocorreram. Nessa edição extraordinária, são abordados, em 32 páginas, pelo repórter João de Barros⁴, os seguintes assuntos:

- a história da facção;
- o estatuto do PCC (constante do Anexo B);
- a carta de Misael Aparecido da Silva (um dos fundadores do Primeiro Comando da Capital) (constante do Anexo C);
- o perfil de Marcola, o líder;
- a posição do governo; e
- a vida nos presídios.

De acordo com a revista *Caros Amigos* (2006, p. 2), as notícias iniciais sobre os ataques não eram, na noite de sexta-feira, 12.05.2006, muito preocupantes, entretanto, na manhã do sábado, o cenário era o seguinte: atentados contra delegacias e postos policiais com diversas mortes; agentes mortos fora do serviço e a *assinatura* da organização criminosa PCC nas ações que, num crescendo

² Data de publicação: 28.04.2002. Página A17.

³ Data de publicação: 29.04.2002. Página A2.

⁴ De acordo com a revista *Caros Amigos* (2006, p.2): “O repórter João de Barros vinha levantando tudo sobre o PCC desde janeiro deste ano. Reuniu tanto material, que havíamos decidido publicar a reportagem em série, três edições seguidas de *Caros Amigos* a partir do próximo mês”. No entanto, os ataques ocorridos em maio/2006 anteciparam, para esse mês, a publicação da *Edição Extra: PCC*.

incontrolável, deixaram atônita a população da maior cidade do Brasil e se espalharam, nos dias seguintes, para cidades vizinhas.

Por conseguinte, na terça-feira, 16.05.2007, duas versões estavam presentes nos noticiários: algumas pessoas e jornalistas declarando que ocorrera um *acordo* entre o Estado e o PCC e outras, inclusive os representantes do próprio governo estadual paulista, negando tudo isso.

Apesar dessa relevante questão, é de fundamental importância esclarecer que este trabalho não tem por objetivo efetuar uma análise sociológica nem apurar causas e responsabilidades criminais e civis acerca dos ataques promovidos pelo PCC em 2006, mas, tão-somente, empreender um olhar atento e analítico sobre as *charges* publicadas no jornal *Folha de S.Paulo* que estavam diretamente relacionadas a esse evento que acabou assumindo proporções sem precedentes e causou, na ocasião, um forte impacto na sociedade brasileira: vários ônibus queimados, agências bancárias destruídas, delegacias e prédios públicos atacados com armas de calibre pesado e diversas mortes promovidas tanto por parte da organização criminosa quanto por parte da própria polícia.

Algumas pessoas poderiam afirmar que não se tratou, de fato, de um acontecimento inesperado, principalmente se forem considerados os problemas existentes, até hoje, quanto à segurança pública e ao sistema carcerário brasileiro. Problemas esses que, há décadas, são continuamente evidenciados, mas para os quais pouco tem sido realizado, de fato, por parte do Estado, no sentido de propor e implantar soluções eficazes e não meramente paliativas.

Além de promovermos esse apontamento, o outro motivo que nos motivou a falar sobre tal temática está relacionado à relevância histórica de compormos um registro que agrupasse todas as *charges* diretamente relacionadas a essa questão.

Nesse sentido, após um detalhado levantamento junto ao jornal *Folha de S.Paulo*, nossa *fonte documental primária*, tabulamos as seguintes informações, constantes dos quadros a seguir, no que refere às três ondas de ataque ocorridas em 2006. Quanto às 28 *charges* envolvidas, elas se encontram no Anexo A desta dissertação.

| QUADRO RESUMO 1 | | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|--|--------------------------------------|
| ONDA DE ATAQUE | PERÍODO | DIAS DE ATAQUES | DATAS DE PUBLICAÇÃO DAS CHARGES | CHARGES PUBLICADAS COM ESSA TEMÁTICA |
| 1ª | De 12/05 a 19/05/2006 | 8 dias consecutivos | 15.05.2006 16.05.2006 17.05.2006 18.05.2006 19.05.2006 20.05.2006 21.05.2006 22.05.2006 23.05.2006 24.05.2006 25.05.2006 26.05.2006 01.06.2006 04.06.2006 13.06.2006 29.06.2006 06.07.2006 | 17 |
| 2ª | De 11/07 a 17/07/2006 | 7 dias consecutivos | 11.07.2006 14.07.2006 15.07.2006 16.07.2006 17.07.2006 18.07.2006 | 6 |
| 3ª | De 07/08 a 10/08/2006 | 4 dias consecutivos | 09.08.2006 10.08.2006 11.08.2006 13.08.2006 15.08.2006 | 5 |
| | | | | Total = 28 |

Fonte: *Folha de S.Paulo* (páginas A2: das edições cujas datas são aqui mencionadas No campo “Datas de Publicação das Charges”)

| QUADRO RESUMO 2 | | | | | |
|-----------------|-----------------------|-----------------|--------------------------------|-------------------------------------|------------------------|
| ONDA DE ATAQUE | PERÍODO DOS ATAQUES | Nº DE ATENTADOS | Nº DE MORTES ATRIBUÍDAS AO PCC | Nº DE SUSPEITOS MORTOS PELA POLÍCIA | Nº DE SUSPEITOS PRESOS |
| 1ª | De 12/05 a 19/05/2006 | 373 | 47 | 92 ⁵ | 124 |
| 2ª | De 11/07 a 17/07/2006 | 453 | 9 | 4 | 187 |
| 3ª | De 07/08 a 10/08/2006 | 203 | 0 | 8 | 42 |
| TOTAIS | 19 dias | 1.029 | 56 | 104 | 353 |

Fonte: *Folha de S.Paulo*, página C6, de 07.09.2006, “Números da Violência em SP”

⁵ Em 02.09.2006, a *Folha de S.Paulo* publicou: “O QUE DISSE O ESTADO: Em 13 de junho, a Secretaria de Segurança Pública confirmou mortes de 123 pessoas em conflitos com a polícia entre os dias 12 e 19 de maio”. No entanto, em 02.09.2006, a *Folha de S.Paulo* também publicou: “Cremesp divulgou análise de 493 laudos de pessoas mortas a tiros em SP durante a onda de atentados daquele mês”, de maio/2006. (Grifos nossos). Como se pode constatar, há uma enorme divergência entre os números divulgados pelo governo paulista e aqueles divulgados pelo Cremesp (Conselho Regional de Medicina) com base em 493 laudos necroscópicos coletados em 23 IMLs do Estado, de 12 a 20 de maio/2006.

Apesar de ser considerada, por alguns teóricos, como acessória, a *tabulação* das *charges* publicadas no período da crise – recurso notório dos métodos quantitativos – é fundamental para identificarmos a relevância que essa questão assumiu na ocasião da deflagração da primeira das três ondas de ataques promovidos pelo PCC em maio, julho e agosto de 2006.

Conforme pode ser constatado pela *tabulação* constante dos quadros anteriores, na primeira onda de ataques (que durou de 12/05 a 19/05/2006, totalizou 373 atentados e contabilizou 139 mortes), as *charges* referentes a essa temática foram ininterruptamente publicadas de 15/05 a 26/05, ou seja, foram “12” dias seguidos em que os ataques figuraram como tema principal do espaço dedicado a esse texto na página A2 do jornal, mesmo após o término dessa primeira onda de ataques, o qual aconteceu em 19/05.

Essa primeira onda foi considerada, por muitos, como o auge dos ataques, não em função do número de atentados, mas em relação à quantidade de mortos, tanto por parte do PCC, quanto da polícia. Nas duas ondas seguintes, a duração dos ataques foi menor e o número de mortos também, mas isso não serviu para tranquilizar a população, nem poderia, é claro. Apenas o término definitivo dos atentados e o restabelecimento da ordem e da segurança, mesmo que aparentemente, garantiriam, de fato, que tudo estaria sob controle.

No que se refere especificamente à segunda onda de ataques, ela:

- a) ocorreu durante 7 dias consecutivos, ou seja, 1 dia a menos que a anterior;
- b) ocasionou, porém, a veiculação de somente 6 *charges*, ou seja, 8 a menos que a onda que a antecedeu.

Quanto à terceira onda, bem menor que as anteriores, com duração de 4 dias consecutivos, ela resultou na divulgação de 4 *charges*. É bem verdade que, nessa ocasião, às vésperas do início da propaganda eleitoral para governadores, no Brasil, as *charges* de cunho político-eleitoral acabaram prevalecendo e ocupando o seu espaço no jornal *Folha de S.Paulo*, principalmente porque o assunto dos ataques já não era tão presente e/ou destacado em suas primeiras páginas.

3. As Estratégias Discursivas do Emprego da *Charge* pela Mídia Jornalística Impressa

Alguns jornais, como *O Estado de São Paulo*, não empregam a *charge* na publicação de seus exemplares; quando muito eles se utilizam de desenhos e/ou de

caricaturas. Todavia, outros jornais, como *O Globo*, optam por estampar a *charge* na primeira página, ao lado das manchetes e das fotografias da edição do dia.

Por que, então, o jornal *Folha de S.Paulo* opta por utilizar a *charge* na página A2⁶, designada para ser de *Opinião*?

Muitos são os questionamentos possíveis acerca desse fazer tão singular e cheio de significado, tão próprio do jornal *Folha de S.Paulo*. Afinal, qual é o tipo de relação existente entre a notícia escrita/fotográfica e a *ilustração jornalística*, ou melhor, a *charge jornalística*?

Seria o texto verbal que determinaria a imagem, situação na qual esta funcionaria como um mero suporte exemplificativo à notícia verbalizada? Ou, inversamente, seria a imagem que determinaria o texto escrito? Haveria autonomia ou dependência entre uma e outra linguagem?

A nosso ver, muitas dessas *ilustrações chargísticas* deixam de ser simples coadjuvantes e chegam a assumir, de fato, uma enorme relevância para a melhor compreensão do texto com o qual se relacionam.

Pode-se identificar, nas *ilustrações chargísticas*, uma hierarquia de códigos, em que o componente imagético predomina sobre o verbal escrito. Consta-se, também, que muitas dessas ilustrações são compostas da interação e da simultaneidade, ou melhor, da tensão entre as linguagens pictórica, verbal escrita e diagramática.

Assim, há que se observar que a forma, os traços, as cores e a distribuição dos elementos no espaço do jornal assumem, na imagem ilustrativa, um caráter extremamente relevante para a apreensão do seu próprio sentido, bem como do texto:

a) que ela *acompanha*;

b) que nela está presente, nos diálogos/balões, nos títulos e nas legendas;
e/ou

c) com o qual se relaciona (na mesma página, no mesmo caderno, na mesma edição do jornal e/ou em alguma outra edição).

Antes, porém, há que se aclarar as várias e algumas vezes conflitantes significações correntemente atribuídas aos termos *charge*, *caricatura*, *cartum* e *ilustração*.

⁶ Verso da primeira página do jornal *Folha de S.Paulo*.

4 Questões de Âmbito Conceitual: Diferenciações entre *Charge*, *Caricatura*, *Cartum* e *Ilustração*

4.1. Definições dentro do Senso Comum

De acordo com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, as definições para o termo ilustração, dentro do senso comum, são as seguintes:

1 ato ou efeito de ilustrar(-se). **1.1** qualidade do que é ilustre; renome (mestres citados por sua i.) **1.2** conjunto de conhecimentos (científicos, artísticos etc.); instrução, saber (professor de reconhecida i.) **2** Derivação: por metonímia. pessoa ilustre por seu conhecimento (uma das maiores i. do século passado) **3** ato de esclarecer, de ilustrar por meio de explicações; esclarecimento, comentário (sempre usa um exemplo como recurso de i.) **4** adorno ou elucidação de texto por meio de estampa, figura etc. **5** Derivação: por metonímia. Rubrica: editoração. publicação que contém estampas, gravuras, desenhos etc. **6** Derivação: por metonímia. Rubrica: artes gráficas. desenho, gravura, imagem que acompanha um texto (um livro com belas i.) **7** Rubrica: filosofia. m.q. *Iluminismo*. **(grifos nossos)**

Quanto ao também renomado *Novo Dicionário Aurélio*, o termo *ilustração* apresenta as seguintes acepções:

[Do lat. *illustratione*.] S.f. **1** ato ou efeito de ilustrar(-se). **2** conjunto de conhecimentos; saber: *homem de notável ilustração*. **3** Imagem ou figura de qualquer natureza com que se orna ou elucida o texto de livros, folhetos e periódicos. **4** Filos. V. filosofia da luzes. **(grifo nosso)**

Dentre todas as significações apresentadas, aquelas que foram por nós grifadas (as de número "4" e "6", do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, e a número "3" do *Novo Dicionário Aurélio*) são, apesar de insuficientes em sua explicação, as que mais se aproximam (superficialmente) do objeto de que este estudo se propõe a tratar.

Nesse sentido, este trabalho procurará demonstrar que as ilustrações jornalísticas (especificamente as *charges*) vão muito mais além do que essas simples definições elencadas por tão célebres dicionários de nossa língua portuguesa.

Há que se ressaltar, ainda, que, ao contrário da maioria das ilustrações presentes em livros infantis e até mesmo em muitas revistas, a *charge jornalística*

não se restringe a ser uma "mera imagem ou figura, de qualquer natureza, com que se orna ou elucida um texto".

Assim, aproveitamos para esclarecer, também que o verbo "elucidar" apresenta os seguintes significados, segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*: "elucidar: tornar(-se) claro; esclarecer(-se), explicar(-se)".

Não obstante, o que se constata, de fato, no jornal *Folha de S.Paulo* são situações em que essas ilustrações chargísticas também atuam como um texto independente, o qual não se contenta em simplesmente "elucidar ou exemplificar" o que já está escrito na página, no caderno ou na edição em que essas imagens se inserem (ou, até mesmo, na edição de dias anteriores).

Esses textos verbo-visuais ora são autônomos ora conseguem complementar ou questionar/ironizar aquilo que está sendo noticiado. Neste último caso, a *ilustração chargística* e o texto escrito ou texto imagético (fotografias, por exemplo) são todos textos que se complementam/questionam, ou seja, que dialogam, à medida que aquela apresenta e/ou questiona/critica/ironiza informações já constantes ou não destes.

Este trabalho de pesquisa, portanto, procurará demonstrar que, na realidade, tais significações apresentadas pela linguagem (escrita) são insuficientes para definir e caracterizar, em sua amplitude, a significação que, de fato, as mencionadas ilustrações assumem no veículo jornalístico em que circulam.

4.2. Definições de acordo com a *Folha de S.Paulo*

Nem sempre os termos *charge*, *caricatura*, *cartum* e *ilustração* foram diferenciados entre si. Pelo contrário, nos primórdios do jornalismo e das teorias a ele referentes era muito comum tratar tudo como *caricaturas*.

No entanto, cabe-nos evidenciar, aqui, a diferença que, contemporaneamente, há entre os termos *ilustração*, *caricatura*, *charge* e *cartum*. Nesse sentido, faremos, a seguir, uso das conceituações desses termos de acordo com o que é apresentado pela própria *Folha de S.Paulo*, visto que é desse jornal o *corpus* de nosso estudo nesta dissertação.

a) ***Ilustração***: segundo a *Folha de S.Paulo*⁷, é qualquer imagem (foto, desenho, arte) usada numa edição. Esse termo define, atualmente, num sentido

⁷ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_i.htm>. Acesso em: 10.07.2006.

mais restrito, desenhos ou colagens que não recebem nomes mais específicos (tais como ocorre com a atual *charge* ou com o moderno cartum).

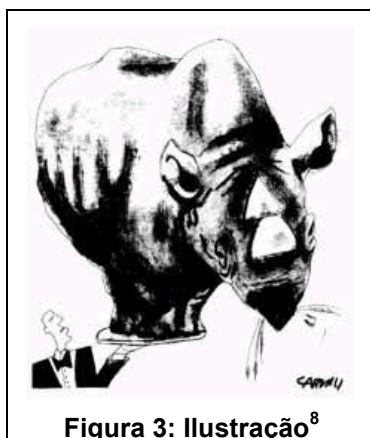


Figura 3: Ilustração⁸

b) Caricatura: é, por outro lado, conforme a *Folha de S.Paulo*⁹, qualquer desenho que acentue, propositadamente, as características marcantes de um rosto. A *caricatura*, entretanto, nem sempre é um desenho humorístico.

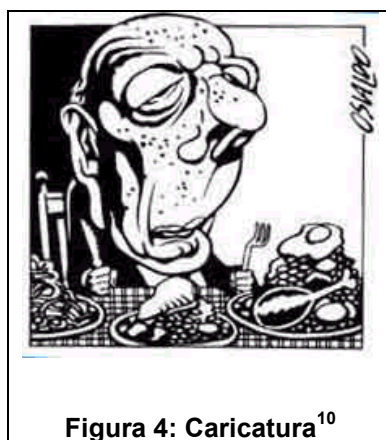


Figura 4: Caricatura¹⁰

d) Charge: trata-se de uma palavra de origem francesa, *charger*, que significa *lançar carga*. Esta, por sua vez, vem a ser um desenho humorístico, de caráter político, que independe de texto que a explique. Aliás, segundo a própria *Folha de S.Paulo*¹¹, "o noticiário do dia deve ser a fonte de inspiração do chargista".

⁸ Fonte: idem.

⁹ Fonte: idem

¹⁰ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_c.htm>. Acesso em: 10.07.2006.

¹¹ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_i.htm>. Acesso em: 10.07.2006.

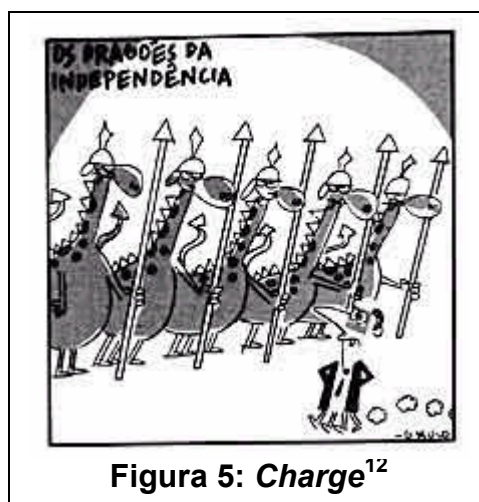


Figura 5: Charge¹²

c) Cartum¹³: é por sua vez, de acordo com a *Folha de S.Paulo*¹⁴, um desenho humorístico, que pode servir de ilustração para algum texto. Trata-se de um gênero no qual o autor pode fazer “críticas de costumes”. Há, quanto a essa assertiva, uma divergência quanto ao entendimento por parte de alguns estudiosos de comunicação, pois também seria atribuída à *charge* tal idéia de “crítica de costumes”.

4.3. As Conceituações Segundo Dicionário e Teóricos de Comunicação

De acordo com o *Dicionário de Comunicação*, de Carlos Alberto Rabaça e de Gustavo Guimarães Barbosa (2001), as definições são as seguintes:

a) Ilustração: trata-se de qualquer imagem (fotografia, desenho, gravura, gráfico etc.) que acompanha um texto de livro, jornal, revista, *site* etc. Em alguns casos, pode ser mais importante que o texto escrito.

b) Caricatura: é "uma forma de arte que se expressa através do desenho, da pintura, da escultura [...] e cuja finalidade é o humor". De acordo com esse ponto de vista, são subdivisões da caricatura: a *charge*, o cartum, o desenho de humor, a tira, a história em quadrinhos de humor e a própria caricatura, tomada agora em seu conceito mais particularizado.

c) Charge: é um tipo de *cartum* cujo objetivo é a crítica humorística imediata de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política. O

¹² Fonte: idem.

¹³ Imagem não disponível.

¹⁴ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_i.htm>. Acesso em: 10.07.2006.

conhecimento prévio do assunto de uma *charge*, por parte do leitor, é, geralmente, fator essencial para a compreensão do texto chargístico. A mensagem nela presente é interpretativa e crítica, sendo que, pelo seu poder de síntese, pode ter às vezes o peso de um editorial.

d) *Cartum*: trata-se de uma narrativa humorística, expressa por meio da caricatura, cujo objetivo é provocar o riso do espectador. Chega-se ao riso através da crítica mordaz, satírica, irônica e, principalmente, humorística do comportamento do ser humano, das suas fraquezas, dos seus hábitos e costumes. O cartunista pode recorrer às legendas ou dispensá-las. Segundo Rabaça e Barbosa (2001), a *charge* e a tira cômica podem ser consideradas subdivisões do cartum.

4.4. Conceituações: Incompletudes, Conflitos e Ressalva

O que se pode constatar, com base nessas conceituações, é, em primeiro lugar, a incompletude das definições dentro do *senso comum*, o que já era de se esperar. Por outro lado, as conceituações oferecidas pelo *Dicionário de Comunicação* se mostram, um pouco conflitantes, pois serviram para evidenciar mais as semelhanças e subordinações e não tanto as distinções e aplicações desses elementos.

Dentro desse raciocínio, as definições da *Folha de S.Paulo* parecem estar, de forma pontual e pragmática, mais adequadas à aplicação desses elementos em seu fazer jornalístico, excetuando-se a seguinte colocação acerca da *charge*, referente à qual há que se fazer uma observação. Segundo a própria *Folha de S.Paulo*¹⁵, "o noticiário do dia deve ser a fonte de inspiração do chargista". Quanto a essa categórica assertiva, há que se efetuar uma ressalva, à medida que, conforme constatamos com esta pesquisa, essa premissa nem sempre é cumprida pelos chargistas do jornal *Folha de S.Paulo*.

5. Considerações acerca das Noções de Texto, Texto Chargístico, Sentido e Contexto

Inicialmente, há que se aclarar que o conceito de *texto* ora empregado difere daquele constante correntemente no *senso comum*, o qual o atrela exclusivamente a um aglomerado de palavras.

¹⁵ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_i.htm>. Acesso em: 10.07.2006.

De acordo com Savioli e Fiorin (2006, p. 16), um texto é um todo organizado de sentido. Afirmar isso implica considerar que ele é um conjunto formado de partes solidárias, ou seja, que o sentido de uma parte depende das outras. Aliás, é justamente isso que ocorre com a **Charge 11**, a ser analisada neste capítulo para fundamentar a conceituação da *charge* como um *tipo de texto*, o *chargístico*, em que as suas partes verbal e visual dialogam entre si e com outros textos externos à própria *charge*.

Nesse sentido, com o intuito de se estender o conceito de *texto* à *charge*, recorrer-se-á às seguintes considerações de Savioli e Fiorin (2006, p. 17):

Se o texto é um todo organizado de sentido, ele pode ser verbal (um conto, por exemplo), visual (um quadro), verbal e visual (um filme) etc. Mas, em todos esses casos, será delimitado por dois espaços de não-sentido, dois brancos, um antes de começar o texto e outro depois. É o espaço em branco no papel antes do início e depois do fim do texto; é o tempo de espera para que o filme comece e o que está depois da palavra *Fim*; é o momento antes que o maestro levante a batuta e o momento depois que ele a abaixa, etc.

Ainda no que se refere a esses *dois brancos*, Savioli e Fiorin (2006, p. 17) complementam: “Durante séculos, a moldura dos quadros cumpriu a função de isolá-los do entorno, visando a estabelecer com nitidez um campo para o olhar, ou seja, um espaço de significação, da mesma forma que os brancos antes e depois de um texto verbal”.



Figura 6: A Sagrada Família (1504), de Michelangelo
 Fonte: Galleri degli Uffizi, Florença

Todas as *charges* veiculadas no jornal *Folha de S.Paulo* também apresentam esses *dois brancos* e esse *campo para o olhar*, à medida que estão inseridas num espaço quadricular, que pode ou não vir demarcado por linhas em suas bordas. Essa demarcação nem sempre é assim explicitada e depende muito dos próprios *chargistas*, segundo constatado. Alguns deles optam por estabelecê-la não com

linhas, mas apenas com cores e desenhos organizados de forma a respeitar o formato desse quadrado imaginário.

Por conseguinte, ao contrário dos textos tipicamente verbais, em que há uma preocupação freqüente quanto a fazer com que o conjunto de frases não forme um mero amontoado desorganizado de palavras, o texto verbo-visual da *charge* também apresenta – apesar de certa aparente incoerência – um todo organizado de sentido, mas à sua maneira: muitas vezes, pela oposição entre o que é dito e o que é mostrado.

Constata-se, assim, um choque de sentido que faz sentido, mesmo que aparentemente se esteja diante do ilógico, do contraditório, até mesmo do *nonsense*. Entretanto, nada é desconexo, a ponto de nenhuma parte não se solidarizar, à sua maneira, com as demais presentes na *charge*.

A leitura do título “ESTÁ TUDO SOB CONTROLE!”, separada da parte imagética da *charge* de Glauco, constante da **Charge 11**, deixaria o então Governador Cláudio Lembo muito satisfeito, pois, apesar de toda a evidente e persistente crise deflagrada na segurança pública, tudo, segundo ele, estaria sob controle, sem motivos para pânico e preocupação por parte da população. Todavia, ao se confrontar a parte verbal com a visual da *charge*, o sentido inicial se altera sobremaneira e causa, inicialmente, uma grande decepção.

Inicialmente, pode-se imaginar dois significados completamente diferentes para a frase “ESTÁ TUDO SOB CONTROLE!”, dita pelo policial, principalmente se for levada em consideração a situação concreta, o contexto, em que ela foi produzida. Afinal, estaria tudo sob controle de quem?

Essa frase *faz parecer* e, portanto, quer nos *fazer crer* que tudo estaria sob controle das autoridades. Entretanto, se os componentes verbais e imagéticos da *charge* forem colocados para dialogar entre si, essa frase pode significar, também, que tudo estaria, na realidade, sob controle do PCC.

Dessa maneira, numa *charge* composta principalmente por elementos verbais e imagéticos, esse procedimento dialógico é imprescindível de ser realizado, no intuito de se alcançar o máximo possível de significações que podem ser depreendidas desse tipo de texto.

Ao citar uma frase, não se deve, portanto, esquecer de que ela faz parte de um *texto maior* e que, em qualquer *texto*, o significado das partes não é independente. Assim, não se pode isolar parte alguma do *texto* e tentar conferir-lhe o significado que se deseja.

É nesse sentido, que a **Charge 11** serve para demonstrar que uma mesma frase pode ter significados distintos, dependendo do contexto dentro do qual está inserida. De acordo com (SAVIOLI; FIORIN, 2002, p. 12), “isso nos leva à conclusão de que, para entender qualquer passagem de um texto, é necessário confrontá-la com as demais partes que o compõem, sob pena de dar-lhe um significado oposto ao que ela de fato tem”. Em outras palavras, é fundamental, para fazer uma boa leitura, levar sempre em conta o contexto em que a passagem a ser lida está inserida, lembrando que esse contexto pode vir manifestado explicitamente por palavras ou pode estar implícito ou indiciado nos componentes imagéticos.



Charge 11: Folha de S.Paulo, p. A2, de 25.05.2006

Considerando-se que uma mesma frase pode, portanto, assumir sentidos distintos, a depender, é claro, do contexto no qual ela se insere, há que se abordar, a seguir, com base em Savioli e Fiorin (2006, p. 15-16), a conceituação de *contexto*. Trata-se de uma unidade maior em que uma unidade menor está inserida. Dentro desse raciocínio há: o parágrafo, como unidade maior, servindo de contexto para cada frase e esta, para cada palavra. Há que se ressaltar, ainda, que o contexto pode vir a ser explícito, quando é verbalizado por palavras, por exemplo, ou implícito, ou seja, quando está embutido na situação em que o *texto* é produzido.

Conforme se constata, a **Charge 11** serve perfeitamente como exemplo para se demonstrar dois pontos fundamentais sobre a leitura de um *texto chargístico* composto simultaneamente de elementos verbais e visuais num dado contexto:

a) “num texto, o significado de uma parte não é autônomo, mas depende das outras com que se relaciona.” (SAVIOLI; FIORIN, 2006, p. 14);

b) “o significado global de um texto não é o resultado da mera soma de suas partes, mas de uma certa combinação geradora de sentidos.” (SAVIOLI; FIORIN, 2006, p. 14).

Em suma, num *texto* o sentido de cada parte é definido pela relação estabelecida com as demais partes que compõem o todo, ou seja, o sentido do todo não é uma simples soma de partes, mas é formado pelas diversas e possíveis relações que se estabelecem entre elas. Nesse sentido, de acordo com Savioli e Fiorin (2006, p. 18), “poderíamos afirmar que um texto é, pois, um todo organizado de sentido, delimitado por dois brancos e produzido por um sujeito num dado espaço e num dado tempo”.

No que se refere a essa noção, duas conclusões podem ser obtidas:

1º) uma leitura, inclusive a visual, não pode basear-se em fragmentos isolados de um texto, visto que o significado das partes é determinado pelo todo em que elas estão encaixadas.

2º) uma leitura, inclusive a visual, deve levar em consideração a relação, assinalada, literalmente ou indiciada, que um texto estabelece com outros textos.

Em outras palavras, se não forem levadas em consideração as relações de uma parte com as outras partes e com os outros textos que compõem e dialogam com esse *texto chargístico*, corre-se o risco de atribuir a ele um sentido oposto àquele que efetivamente tem.

Com base no confronto entre o verbal e o visual da **Charge 11**, é construído, pelo chargista Glauco, o sentido de que tudo estava, na verdade, sob controle do PCC. Tal assertiva pode ser depreendida:

a) a partir da oposição entre as dimensões do desenho do policial e do cão atroz: em que a evidente desproporção dos corpos sugere a força descomunal do segundo em comparação ao primeiro;

b) mediante o arranjo diagramático dos sujeitos nessa enunciação chargística, ou seja, a posição ocupada pelo policial em relação ao cão: em que o posicionamento do policial atrás do enorme cão sugere, no mínimo, o entendimento de que quem conduz é o cão, restando ao policial ser por ele conduzido. Em outras palavras, é o cão, representativo do PCC, que guia o policial, ou melhor, que *comanda* toda a ação.

c) por intermédio da coleira utilizada pelo policial para prender tamanha criatura: se o enorme cão procurasse, por qualquer motivo, se desvencilhar de quem o prende, é nítido que obteria sucesso, sem grandes dificuldades.

d) pela postura do policial ao segurar o cão: o homem está com o seu corpo levemente inclinado para a esquerda, numa postura de contrapeso, e tem de utilizar ambas as mãos para conseguir segurar a guia do animal, o qual prossegue adiante sem qualquer esforço aparente.

e) com base na imanente agressividade predatória do cão: evidenciada pelas muitas e enormes presas nele salientes. Caso o atroz animal, independentemente do motivo ou mesmo se provocado, quisesse atacar o policial ou quem quer que fosse, é notório que o resultado de sua investida seria devastador, tal como foram os próprios ataques do PCC em 2006.

Assim, com a mencionada quebra da expectativa, gerada após a leitura dos aspectos visuais da *charge*, é produzido um efeito de humor. Desse modo, o *texto chargístico*, no seu todo, passa a ser uma sátira à imprecisa, ou melhor, ambígua afirmação do governador Cláudio Lembo de que tudo estaria sob controle do Estado. Sua frase ganha, portanto, um outro sentido, uma vez que contrapõe o discurso tranquilizador das instituições a toda a situação de caos e de insegurança pela qual passava a sociedade naquele momento.

Conforme Savioli e Fiorin (2002, p. 20), um texto menciona outro texto com, basicamente, duas finalidades distintas:

a) para reafirmar alguns dos sentidos do texto citado; ou

b) para inverter, contestar e deformar alguns dos sentidos do texto citado; para polemizar com ele.

Há, por conseguinte, segundo Savioli e Fiorin (2006, p. 39), diferentes formas de se mostrar a presença das múltiplas vozes num texto: deixá-las implícitas, por conta da memória do leitor, ou trazê-la para a cena, demarcando explicitamente seu lugar e seu limite. No caso da *charge* de Glauco, recorreu-se à memória do leitor, pois não se utilizou explicitamente a figura do governador como enunciador da afirmação de que tudo estava sob controle.

Em outras palavras, aquilo que foi verbalizado pelo policial na *charge* (representativo da fala do Governador de São Paulo) quer nos *fazer crer* e *fazer parecer* que tudo estava, de fato, sob controle do poder público de direito, contudo, isso é totalmente desconstruído com a contraposição do verbal à parte imagética. Trata-se, portanto, de uma afirmação falsa, segundo o chargista Glauco. Constata-se, aqui, que esse *texto chargístico* contém um pronunciamento dentro de um debate de escala mais ampla: *o discurso oficial das autoridades versus a realidade constatada*.

Nesse sentido, segundo Savioli e Fiorin (2002, p. 13), constrói-se um *texto* para, através dele, marcar uma posição ou participar de um debate de escala mais ampla que está sendo travado na sociedade. Para esses teóricos, até mesmo uma simples notícia jornalística, sob a aparência da neutralidade, tem sempre uma intenção por trás. A *charge*, por sua vez, carrega-se de toda força de que dispõe, *texto* e *imagem*, para marcar a posição do chargista, a qual, prevalentemente, mas não tão-somente, coincide com a de determinados segmentos questionadores e esclarecidos da sociedade que não se sujeitam facilmente à manipulação dos discursos oficiais.

Ainda segundo Savioli e Fiorin (2002, p. 20), “a percepção das relações intertextuais, das referências de um texto a outro, depende do repertório do leitor, do seu acervo de conhecimentos literários e de outras manifestações culturais”.

Quanto a isso, o que se quer esclarecer é que não estamos nos restringindo, nesta dissertação, aos textos verbais escritos, pois é notório que as colocações desses teóricos também se aplicam a textos de outra natureza, tais como: a sonora, a visual, a audiovisual e a verbo-visual. Em suma, quanto mais se lê, ouve e vê, mais se amplia a competência para apreender o diálogo que os diversos *textos* estabelecem entre si, seja por meio de referências, citações e/ou de simples alusões.

A cada livro que se lê, a cada música que se ouve e a cada pintura que se vê, maior fica a nossa capacidade de apreender, de forma mais completa, o sentido dos textos. O mesmo ocorre com o leitor de um jornal: no caso a *Folha de S.Paulo*, com seus vários textos verbo-visuais, incluindo a *charge*.

Lida de maneira fragmentária, uma *charge* pode dar a impressão de um aglomerado de noções desconexas, ao qual o leitor desse jornal poderia atribuir o sentido que quisesse. Há, certamente, múltiplas possibilidades de se interpretar um *texto chargístico*, entretanto, há limites que são impostos por ele próprio; no caso da *charge*, pela criatividade do artista.

Cabe ressaltar que um texto se estrutura em níveis de abstração crescente. Dessa forma, para alcançar a chamada *estrutura profunda*, o nível mais abstrato, é necessário agrupar os significados aparentados, ou seja, os significados que apresentam algo em comum. De acordo com Savioli e Fiorin (2002, p. 45), “o nível profundo de um texto constitui-se de uma oposição do tipo: liberdade versus submissão, vida versus morte, natureza versus civilização, unicidade versus multiplicidade etc.”. Na *charge* em questão, conforme já mencionado, há a oposição

do tipo *discurso oficial das autoridades versus realidade constatada*, ou *o que as autoridades dizem versus o que se constata*.

É notório que a análise de um *texto* não consiste somente em se encontrar e estabelecer a oposição reguladora de seus sentidos, pois isso reduziria a riqueza significativa desse *texto* a quase nada. Para Savioli e Fiorin (2002, p. 45), “a importância de detectar a estrutura fundamental de um texto reside no fato de que ela permite dar uma unidade profunda aos elementos superficiais, que, à primeira vista, parecem dispersos e caóticos”. É, assim, que a *charge*, mediante a articulação conjunta de seus componentes e a inter-relação com outros *textos*, constrói o seu todo significativo de sentido.

II – A PRESENÇA DE DESENHOS CHARGÍSTICOS EM PERIÓDICOS BRASILEIROS: DO SURGIMENTO NO PRIMEIRO IMPÉRIO À CONTEMPORANEIDADE

Antes de se abordar essa questão, há que se ressaltar o fato de que, com o desenvolvimento da reportagem fotográfica¹⁶, no final do século XIX, a tendência, no que se refere às ilustrações, foi, segundo Bahia (1990b, p. 125), à sua especialização na *charge*, no *cartum*, na *história em quadrinhos*¹⁷, na *caricatura* e na *arte*. Ou seja, antes disso, constata-se que não havia grande preocupação, por parte dos teóricos, em firmar tais distinções e especializações.

Neste capítulo, serão tratadas as origens desses diferentes textos visuais ou verbo-visuais, bem como será traçado um breve percurso trilhado por eles nos mais relevantes periódicos brasileiros, tanto nos principais jornais quanto nas mais importantes revistas nacionais.

Apesar da *não-preocupação quanto às distinções*, por parte de alguns dos autores citados neste item, já tratamos das diferentes conceituações que são contemporaneamente atribuídas à *charge*, à *caricatura*, ao *cartum* e à *ilustração*, tanto no chamado *senso comum*, como no *Manual da Redação* da própria *Folha de S.Paulo*, como, também, naquelas apresentadas por teóricos em dicionários de comunicação. Isso tudo, é claro, visando a ressaltar a importância e as diferenças formais que são atribuídas, nos dias hoje, a cada um desses textos constituídos que são de forma exclusiva ou prevalentemente imagética.

De acordo com o historiador José Honório Rodrigues (*apud* LIMA, 1963, p. 69), relativamente aos:

[...] órgãos da imprensa nacional em que de qualquer forma se explorou a arte do riso, a *vis cômica* [...]

[...] presumo ser o mais antigo de todos o *Corcundão*, que apareceu no Recife em 1831 e foi a primeira tentativa de jornal ilustrado em Pernambuco. Era escrito com extrema mordacidade e trazia vinhetas caricatas, gravadas a canivete em entrecasca de cajazeiro.

¹⁶ De acordo com Bahia (1990b, p. 125): “Entre 1898 e 1900, surgem as primeiras oficinas tipográficas em jornais cariocas e paulistas que contratam para operá-las fotógrafos profissionais. A ilustração, contudo, ainda predominará, por longo tempo como informação gráfica”.

¹⁷ Os jornais cariocas e paulistas, em 1900, apresentam as “historietas seriadas em quadrinhos” como “mais uma novidade”. Trata-se de uma “extensão do espaço editorial reservado à ilustração”, segundo Bahia (1990b, p. 125).

Quanto a essa afirmação de o *Corcundão*, do Recife, ter sido a primeira tentativa de um jornal brasileiro ilustrado, o historiador, Herman Lima (1963, p. 69) discorda, de forma contundente, e afirma o seguinte:

[...] a verdade é que o *Corcundão*, aliás, o *Carcundão*, 'alfarrábio velho por 40 réis', de que existem na Biblioteca Nacional dois dos três números publicados, é um jornalzinho sem maior importância, de quatro páginas, publicado na tipografia Fidedigna, Rua das Flores n.º 18, do Recife – o primeiro número, de 25 de abril e o terceiro e último, como está nele próprio anunciado, de 16 de maio de 1831. (grifos nossos)

O que se percebe, no texto de Lima, pela sua escolha de palavras e expressões (por nós grifadas), é uma intenção de desqualificar o *Corcundão* como o merecedor do título de veículo jornalístico da primeira manifestação imagética em território nacional.

É nesse sentido que Lima prossegue em sua análise crítica quanto ao *Corcundão* e que, de forma categórica, arremata: “Sua única ilustração é uma vinheta xilografada, com um burro corcunda derrubando a coices uma coluna grega”. Segundo Lima (1963, p. 69): “Como expressão caricatural, é absolutamente nulo, devendo por isso, ser definitivamente retificada aquela informação”.

Por outro lado, é válido ressaltar que, de acordo com a estudiosa Íris Carolina Lopes de Souza Miguez (2003, p. 46), no que se refere ao *Corcundão*, “o primeiro número exhibe um burro corcunda derrubando sobre si uma coluna grega”, o que, por sua vez, apresenta um detalhe a mais e a possibilidade de um efeito caricatural no sentido da comicidade que se cria pelo inusitado da ação e da conseqüência que ela acarretará, ao se fazer com que a coluna grega caia sobre o próprio ser (um burro) que promoveu a sua queda, a da coluna. Para Miguez (2003, p. 46), trata-se, na realidade, da primeira experiência do gênero.

Apesar disso tudo, estudiosos do jornalismo, como Herman Lima e Juarez Bahia¹⁸, são categóricos ao afirmar que, no Brasil, a *charge* surge em 1837 e não em 1831, conforme será visto mais adiante.

No entanto, antes de se prosseguir, há que se salientar, novamente, que esses dois autores mencionam (indiferentemente em suas explanações, ao contrário do que hoje se procura distinguir) os termos *charge* e *caricatura*, tal como se eles

¹⁸ Estudioso e autor do livro *Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo*. São Paulo: Ática, 1990.

fossem, em seus primórdios, conceitos e aplicações, indissociáveis ou, também, a mesma coisa. Independentemente dessas questões conceituais, que já foram tratadas em item específico, prossigamos.

Lima (1963, p. 70-71) avança em sua análise e afirma que cabe indiscutivelmente, a Francisco Marques dos Santos, historiador do nosso passado artístico, ter indicado, com precisão, de maneira a dissipar qualquer dúvida, a data do aparecimento das primeiras dessas estampas, quando, em conferência sobre *As Belas-Artes na Regência*, realizada a 27 de novembro de 1942 no Instituto de Estudos Brasileiros, revela que as duas sátiras contra Justiniano José da Rocha são as mais antigas.

É com base nos estudos e nas citações de Francisco Marques dos Santos, que Lima (1963, p. 73), arremata:

Estabelecida, assim, de modo irrefutável, a identidade das publicações anunciadas no *Jornal do Commercio*, não é possível mais perdurar qualquer dúvida a respeito de sua primazia, firmando-se definitivamente, a 14 de dezembro de 1837, a data da publicação da primeira caricatura no Brasil.

Quanto a isso, Bahia (1990, p. 122) concorda: a primeira caricatura brasileira é publicada no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, no início do século XIX, especificamente no dia 14/12/1837. Trata-se, de acordo com Lima (1963, p. 71) e Bahia (1990, p. 122), da obra *A Campainha e o Cujo*, que critica um anúncio do *Correio Oficial* para a contratação de um redator por 3 contos e 600 réis, trazendo o número “1” em cima, à esquerda e, na parte inferior, no centro das duas quadras.

Para descrevê-la, foram retomadas, a seguir, as palavras do próprio Lima (1963, p. 72):

A primeira dessas *charges* pertence hoje à Biblioteca Nacional como todas as demais expostas em 1881 pelo Comendador José Tomás de Oliveira Barbosa, mostra um fidalgo elegantemente trajado, agitando com a mão direita uma campainha e com a esquerda entregando um saco de dinheiro a outro personagem que se ajoelha à sua frente, com servilismo, para receber a propina, enquanto outras figuras vão fugindo da oferta. Essa figura, o “Cujo” da sátira, ridiculamente ataviada, tem os traços característicos do jornalista Justiniano José da Rocha, que aparece ainda, em rabiscos caricatos, no oitão dum prédio ao fundo da cena, sublinhado pelos dizeres: “Com honra e probidade 3:600\$000. Viva a sinecura!”.

Trata-se, sem dúvida, de “uma bela composição, excelentemente executada, o traço firme, o *sfumato* das figuras harmonioso, demonstrando perfeito conhecimento da arte do desenho e da técnica da litografia” (LIMA, 1963, p. 72).



Figura 6: A Campainha e o Cujó, de Manuel de Araújo Pôrto-Alegre¹⁹, publicada no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 14.12.1837²⁰

Há que se ressaltar, todavia, que, abaixo da composição imagética, há, ainda, duas quadrinhas, que apresentam o seguinte texto:

“a Campainha
 Quem quer; Quem quer redigir
 O Correio Official!
 Paga-se bem. Todos fogem?!
 Nunca se viu cousa igual

o Cujó
 Com três Contos e seis centos,
 Eu aqui 'stou, meu Senhor;
 Honra tenho e probidade.
 Que mais quer d'um redator?”

Essas duas quadrinhas, assim como os demais textos mencionados por Lima, indubitavelmente, se prestam ao trabalho de referenciar o contexto histórico-social de *A Campainha e o Cujó*, além de deixar muitíssimo claro que se refere a questões de servilismo e de propina. Para Lima (1963, p. 75), a virulência das *charges* contra

¹⁹ Era, segundo Bahia (1990b, p. 122), discípulo predileto de Debret, sendo que este, juntamente com Rugendas, contribuiu “significativamente para o ensino da arte de desenhar e da própria ilustração no Brasil”.

²⁰ Fonte: LIMA, Herman. *A caricatura no Brasil*. 1963. p. 73.

Justiniano José da Rocha causa espécie, por se tratar, não somente de uma simples nomeação para dirigir um jornal do governo (no caso o *Correio Oficial*), mas, também, segundo ele, de um homem de imprensa notável por todos os títulos.

Para Bahia (1990b, p. 122), a *caricatura* assume o caráter de crítica política, justamente em função de se tratar de Justiniano José da Rocha.

É nesse sentido que o jornalista Sílvio Romero, na sua *História da Literatura Brasileira*, tece elogiosos comentários sobre Justiniano José da Rocha, afirmando que este:

Excedia, porém, ao futuro Visconde de Inhomirim, na ductilidade do talento, na espontaneidade da exposição e no estilo, na capacidade de interpretar os sinais dos tempos, a corrente das idéias, a evolução das coisas políticas. Como jornalista, era-lhe, pois, muito superior e cumpre acrescentar que não encontrou ainda quem o excedesse entre nós. (ROMERO *apud* LIMA, 1963, p. 75).

Por conseguinte, a *Impressão Régia* e a tipografia de *Heaton & Rensberg* ilustram, com *estampas litográficas*, em 1818 e em 1845: o *Ofício*, *A Moreninha* e *O Rio de Janeiro Pitoresco*. Foi somente em 1844, na *Lanterna Mágica*, que, segundo Bahia (1990b, p. 123), são encontrados os primeiros bonecos em jornais e revistas do Rio de Janeiro, de autoria de Rafael Bordalo Pinheiro, nosso primeiro *caricaturista* com trabalhos regulares.

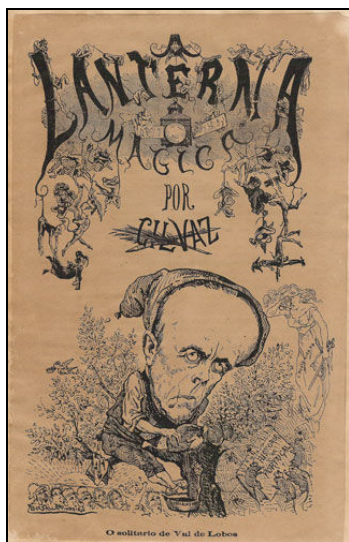


Figura 7: A *Lanterna Mágica* (26.06.1875): com litografia de Rafael Bordalo Pinheiro, intitulada *O Solitário de Val de Lobos*²¹



Figura 8: A *Lanterna Mágica*: capa do primeiro jornal de crítica diário²²

Cabe ressaltar que, na ausência da fotografia, a *ilustração* registrou, muitas vezes, o mais fielmente possível, as mudanças que ocorriam na sociedade imperial

²¹ Fonte: <<http://www.museubordalopinheiro.pt/0301/G05.htm#>>

²² Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Rafael_Bordalo_Pinheiro>

e, depois, na republicana. Todavia, é claro que, além desse registro, oportunidade não faltava para, segundo Bahia (1990b, p. 123) se acrescentar a essa visão, a sátira, a ironia, a informalidade e o deboche. É fato que os periódicos de humor não perduravam por muito tempo naquela ocasião, aliás, muitos desapareciam tão rapidamente quanto haviam surgido.

Com *Diabo Coxo* (1864-1865), Angelo Agostini, o *repórter do lápis*, desenhou a primeira página da história da imprensa ilustrada brasileira, segundo *A Revista no Brasil* (2000, p. 78-87). Em razão da *Guerra do Paraguai*, Agostini publicou *O Cabrião* (1866-1867) um jornal *ilustrado* e de *caricaturas*, que desapareceria no ano seguinte, vítima de perseguições políticas.



Figura 9: *Diabo Coxo* (1864-1865)²⁴



Figura 10: *O Cabrião* (1866-1867)²³



Figura 11: *Compra de Votos*, de *O Cabrião*²⁵

É assim que Agostini, um dos pais da *charge política*, edita, por conseguinte, a *Revista Ilustrada* (de 1876 a 1898), um tablóide de oito páginas, o marco de sua carreira, abordando, ou melhor, documentando, com sátira e riso, muito do que

²³ Fonte: <<http://www.unicamp.br/cecult/AngeloAgostini/imagens.html>>.

²⁴ Segundo Gusman (2005), “O nome Diabo Coxo remete a um tema que, a partir do século 17, tornou-se recorrente na literatura européia: a figura do demônio que tem o poder de ver através das paredes para acompanhar o que as pessoas fazem. Daí surgiu a idéia da publicação, que retratava e satirizava a sociedade da provinciana São Paulo, com seus 20 mil habitantes e vida cultural opaca. [...] E os temas que mobilizavam São Paulo: o café, o teatro, a inauguração da estrada de ferro até Santos e o cruel alistamento de soldados para a Guerra do Paraguai. Fonte: GUSMAN, Sidney. *Mais uma obra de Ângelo Agostini é resgatada*. Disponível em: <http://www.universohq.com/quadrinhos/2005/n25022005_05.cfm>. Acesso em: 31 jan 2008.

²⁵ As fraudes mais comuns nas eleições da época do Império eram: contagem de votos de crianças, de escravos e de defuntos, além da troca de urnas autênticas por outras, bem como a nomeação de juízes e de chefes de polícia “de confiança” para compor as mesas eleitorais. Tanto os políticos “conservadores” como os ditos “liberais” representavam somente os interesses das classes dominantes, caracterizando esse sistema eleitoral notoriamente como fraudulento e elitista, uma vez que excluía da vida política brasileira quase toda a população do País. Fonte: <http://www.expo500anos.com.br/painel_20.html>.

estava ocorrendo em sua época, como, por exemplo, toda a discussão em torno da *Abolição da Escravatura* (1888) e da *Proclamação da República* (1889).

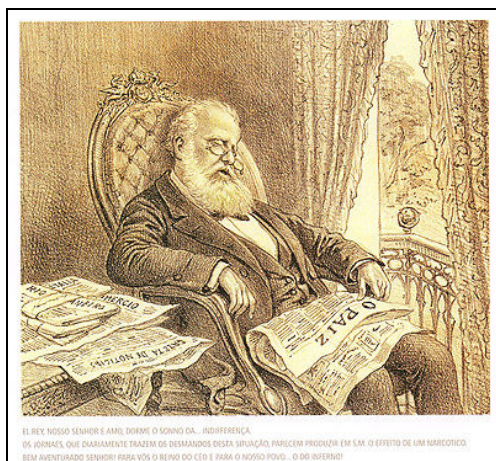


Figura 12: *Revista Illustrada*, de 05.02.1887, com ilustração de Angelo Agostini²⁶



Figura 13: *Revista Illustrada*, de 19.05.1888, com ilustração de Angelo Agostini, alusiva à Abolição da Escravatura²⁷



Figura 14: *Revista Illustrada*, de 1882, com Dom Pedro II sendo apedrejado do trono (desenho de Angelo Agostini)²⁸



Figura 15: *Revista Illustrada*, no. 569, 1889, em homenagem à Proclamação da República²⁹

Conforme Bahia (1990b, p. 125), em 1895, no Rio de Janeiro, a competição pela primazia da notícia opõe o *Jornal do Commercio* ao *Jornal do Brasil*. Quanto a São Paulo, o jornal *O Estado de S. Paulo* consolida o prestígio decorrente de *A Província*:

²⁶ Legenda da ilustração: “El Rey, nosso senhor e amo, dorme o sonno da indiferença. Os jornaes, que diariamente trazem os desmandos desta situação, parecem produzir em S.M. o efeito de um narcotico. Bem aventurado senhor! Para vós o reino do céo e para o nosso povo... o do inferno!”.
Fonte: <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_obras_esp&acao=mais&inicio=1&cont_acao=1&cd_verbete=4147>.

²⁷ Fonte: <http://www.aticaeducacional.com.br/htdocs/secoes/datas_hist.aspx?cod=432>

²⁸ Fonte: VEJA ON LINE. *Esclarecer, informar e divertir: a revista no Brasil*. Pela primeira vez, a história de quase dois séculos das revistas no Brasil é contada em livro da Editora Abril, com centenas de reproduções de capas, fotos e ilustrações. Edição 1.673, de 01 nov 2000. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/011100/p_114.html>. Acesso em 31 jan 2008.

²⁹ Fonte: <<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/esaujaco.html>>

Nesse mercado em que a concorrência é ditada pela qualidade, caricaturistas, chargistas, ilustradores desempenham funções relevantes, que vão dos redatores artísticos aos repórteres gráficos. Assinam espaços valorizados nos diários e nas revistas, preferidos que são por leitores que privilegiam o humor, a opinião política ilustrada, o desenho que facilita a compreensão dos fatos.

Cabe ressaltar, ainda, que o ápice das publicações ilustradas abrange, de acordo com Bahia (1990b. p. 123), os séculos XIX e XX e deve aos primeiros *chargistas* uma contribuição pioneira e principalmente normativa. Nesse sentido, ainda segundo esse autor (1990b. p. 124):

No começo do século XX, a caricatura já compõe o formato editorial obrigatório de jornais e revistas. Os de maior expressão reproduzem, na primeira e nas páginas internas mais importantes, caricaturas, charges e desenhos que opinam, noticiam, documentam. A ilustração populariza a informação, que toma o nome de reportagem gráfica.

Nessa época, em que o uso da fotografia ainda não era tão disseminado no jornalismo, os ilustradores alcançaram uma importância sem igual, por isso do termo *reportagem gráfica*. Cabia a esses ilustradores mostrar aos leitores dos jornais e das revistas, com desenhos, a realidade que era abordada pelas notícias e reportagens, mesmo que, muitas vezes, de forma satírica e jocosa.

De acordo com Teixeira (*apud* Miguez, 1998, p. 48) essa *reportagem gráfica* “toma como subsídio questões do cotidiano, mas não tem função de complementar, quer seja uma matéria ou um editorial. Seus limites são muito maiores, assim como sua liberdade”.

Cabe salientar, também, que, no início do século XX, os artistas do desenho passaram a ter suas obras publicadas em revistas de atualidade, em que, geralmente, o *cartum* ocupava uma página inteira. Esse deslocamento do veículo midiático decorreu, em parte, do fato de que, nesse período, muitos ilustradores já não conseguiam produzir e manter suas próprias publicações.

Nas décadas de 20, 30 e 40, do século XX, jornais e revistas tendem a se consolidar como empresas, diversificando atividades e introduzindo ininterruptamente, alterações de qualidade, segundo Lima (1963, p. 128).

É nesse sentido que, em 23 de outubro de 1943, as histórias do *Amigo da Onça* – criado por Péricles de Andrade Maranhão³⁰ – começaram a ser publicadas pela revista *O Cruzeiro*.

Tratava-se de um personagem, satírico, irônico e crítico de costumes, comumente aparecendo em inusitadas ocasiões, nas quais desmascara seus interlocutores e/ou sujeita-os às mais embaraçosas situações. Essa crítica de costumes, que supera a mera diversão, refere-se a um traço muito característico das *charges*, o qual permanece até os dias de hoje. Esse personagem acabou se transformando num dos mais populares do País, tendo suas histórias publicadas, semanalmente, por 17 anos ininterruptos.



Figura 16: *O Amigo da Onça*, de 10.10.1959, de Péricles³¹

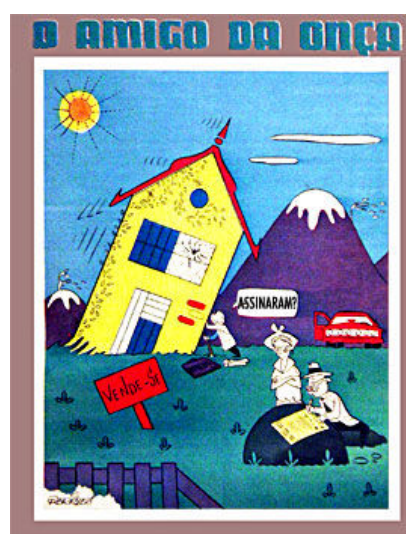


Figura 17: *O Amigo da Onça*, de 31.01.1959, de Péricles³²

Há que se ressaltar, por conseguinte, que foi justamente na década de 1950 que reformas importantes – envolvendo formato, composição, impressão, papel e conteúdo – deram respostas práticas às exigências da sociedade. Nessa época, conforme Lima (1963, p. 128), o cinema, o rádio, o disco, o livro e a televisão criaram novas necessidades e impuseram à mídia impressa alternativas limitadas.

É nesse momento que, de acordo com Lima (1963, p. 128): “A fotografia reduz o espaço do desenho, porém não afeta a caricatura, que se define nas prioridades da charge, do cartum etc.”.

³⁰ Péricles de Andrade Maranhão (1924-1961) foi um cartunista brasileiro de enorme sucesso nos anos 40 e 50, do século XX.

³¹ Texto constante no balão: “Escuta, Ary: Aquêlê seu cavalo, você vendeu mesmo, ou está vendendo êle agora??...”. Fonte: <<http://memoriaviva.digi.com.br/ocruzeiro/amigo.htm>>.

³² Texto constante no balão: “Assinaram?”. Fonte: <<http://memoriaviva.digi.com.br/ocruzeiro/amigo.htm>>.

Apesar dessa afirmação, há que se salientar que, no Brasil, é extremamente paradoxal constatar que o *desenho chargístico* – após a época do Império e do início da República – voltou a reassumir o seu papel prevalentemente político, questionador e participante somente nos períodos em que ocorreram:

a) as maiores liberdades democráticas: nos governos de JK e de João Goulart; e

b) as piores opressões políticas: durante a Ditadura Getulista (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1984).

Na realidade, o que de fato ocorre, durante todo esse período e até o momento atual, é o seguinte:

A caricatura, ora como charge, ora como cartum, ora como traço de humor ou sátira, não perde o seu lugar nas páginas principais e até se incorpora nos grandes jornais em todo o mundo, à linha editorial. Valorizada como parte da opinião, assume uma característica própria, de iniludível peso político, ideológico. (LIMA, 1963, p. 128)

Dois exemplos, notórios, do contundente e resistente uso da *charge*, no que se refere ao âmbito da mídia impressa, podem ser encontrados, ainda nos dias atuais, nos seguintes jornais:

a) O *Globo*, que opta pelo espaço da primeira página para estampar a *charge*, em diferentes posições a cada edição; e

b) a *Folha de S.Paulo*, que opta por apresentá-la no verso da primeira página, de forma fixa, lateralmente ao *Editorial*, mas centralizadamente ao alto da página A2, encabeçando os demais artigos de *Opinião*, assinados por colaboradores de renome e veiculados naquela mesma edição.

É nesse sentido que Lima (1963, p. 128) acrescenta:

No curso do tempo, em que passa de uma ação ornamental para uma ação substantiva, a caricatura acentua a sua influência e aumenta a sua carga informativa. Não perde, é claro, o humor, mas a comunicação que exerce no processo de aperfeiçoamento a que se submete reserva ao cartunista uma presença cada vez mais de vanguarda.

De acordo com Lima (1963, p. 128), a tradição de veículos de humor não assume, no Brasil, as proporções de um *Punch*³³ ou de um *Le Canard Enchaîné*³⁴, todavia, jornais como *O Pasquim* e *Planeta Diário* destacam-se por sua qualidade, à

³³ Uma instituição do *way of life* britânico (LIMA, 1963, p. 128).

³⁴ Um protótipo francês e latino da ironia anticlerical, anticapitalista e humanista (id. *ibid.*).

medida que reúnem as gerações intermediárias e as mais novas de caricaturistas, chargistas, cartunistas e escritores satíricos, na mesma linha em que, segundo o estudioso (LIMA, 1963, p. 129), pontificaram *O Malho*, *A Manhã* e o *Tico Tico*.

O semanário *O Pasquim* ficou muito famoso no Brasil, principalmente na década de 70 do século XX, por contestar a ditadura militar, justamente no auge em esta ocorria no Brasil. Foi em dezembro de 1968 que o então presidente Costa e Silva – irritado com as manifestações populares contra a ditadura militar instaurada em 1964 – promulga o Ato Institucional de Nº 5, o famigerado AI-5. A partir de então, as liberdades individuais foram cerceadas e os intelectuais brasileiros passaram por um período muito difícil.

No entanto, em julho de 1969, é criado *O Pasquim*, um jornal intelectualizado, com teor fortemente crítico, que tratava de questões sérias, do Brasil e do mundo, porém, com generosas doses de irreverência, sátira e de muito bom-humor. Nessa época, *O Pasquim* contava, em seu elenco de colaboradores, com figuras notórias, tais como: Millôr Fernandes, Ivan Lessa, Jaguar, Ziraldo, Henfil e Paulo Francis, entre tantos outros.



Figura 18: *O Pasquim*³⁵



Figura 19: *O Rato Sig*³⁶

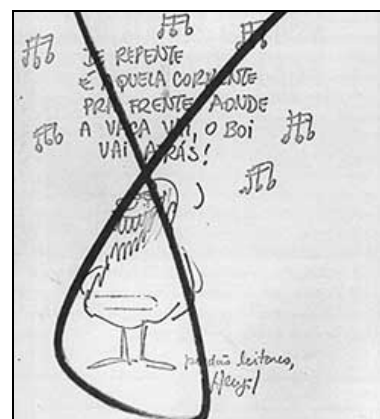


Figura 20: *Charge de Henfil Vetada pela Censura*³⁷

De acordo com o cartunista Jaguar – em entrevista por nós transcrita, a partir do documentário *O Pasquim: A Subversão do Humor* –, o nome do periódico surgiu

³⁵ Fonte: RIZZIOLLI, Lísye. *Lataria nova em veículo velho*. Canal da Imprensa. Disponível em: <<http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/foco/quarent1/foco7.htm>>. Acesso em: 31 jan 2008.

³⁶ Símbolo oficial de *O Pasquim*, o rato Sig foi criado pelo cartunista Jaguar e tornou-se a mascote da publicação, aparecendo muitas vezes na capa e/ou no começo das matérias. Seu nome é uma alusão ao psicanalista Sigmund Freud (1856 - 1939). Fonte: Documentário *O Pasquim: a subversão do humor* (09.04.2007). Disponível em: <<http://midiaalternativabyperc.blogspot.com/2007/04/documentario-o-pasquim-subverso-do-humor.html>>. Acesso em: 31 jan 2008.

³⁷ PEREIRA, Aline (16.05.2002). *A história do Brasil sob a ótica da liberdade de expressão*: coletânea de artigos conta a trajetória da censura no país, da colônia à ditadura militar. Ciência Hoje On-Line. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/controlPanel/materia/view/2786>>. Acesso em: 31 jan 2008.

conforme segue: “Eu sugeri o nome *Pasquim*. Por quê? Porque eu disse que todo mundo ia chamar esse... esse jornal que nós íamos fazer de pasquim. Então a gente já cortava a onda dos caras. Não é?”.

Nesse sentido, a partir dessa assertiva, os seguintes esclarecimentos são necessários:

a) de acordo com o já mencionado documentário: “Pasquim: do italiano *paschino*. Jornal ou panfleto difamador”; e

b) conforme o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*: jornal ou folheto calunioso; *p.ext.pej.* jornal sem repercussão, sem importância, ou mal redigido.

De fato, a conceituação apresentada pelo *Dicionário Houaiss*, por extensão *pejorativa*, em sua última acepção, coincide com o entendimento do próprio Jaguar, em depoimento ao já mencionado documentário. Todavia, paradoxalmente, o efeito que esse periódico surtiu na sociedade brasileira – a da época e as posteriores a ela – não o enquadraria, de forma alguma, como *jornal sem repercussão, sem importância*.

Na verdade, uma das premissas desse contestador periódico consistia na utilização do humor inteligente para a exposição de visões críticas da vida brasileira naquele momento. Seus textos, verbais, visuais e verbo-visuais, incluindo *charges*, *caricaturas* e *cartuns*, mostravam, em plena ditadura militar, uma atitude ousada numa época muito perigosa para o livre pensar.

Com a censura, muito material foi vetado, incluindo a charge de Henfil constante da **Figura 20**, porém, a criatividade e a ousadia eram marcas pessoais muito fortes nessa equipe, possibilitando, também, que vários textos críticos e satíricos burlassem o crivo dos censores de então. Apesar disso, a prisão de alguns de seus integrantes, pelos militares, não tardou em acontecer. O *Pasquim* circulou até o começo de 1990, quando teve que fechar, em razão de problemas financeiros.

Por fim, embora não componha o nosso objeto de estudo, há que se salientar que, atualmente, a *charge*, na sua versão eletrônica e animada, encontrou na internet um amplo espaço para sua disseminação.

III – A CHARGE JORNALÍSTICA NA FOLHA DE S.PAULO: MODO CONSTITUTIVO E DE PRESENÇA

Antes de iniciarmos a análise dos modos constitutivos e de presença das *charges jornalísticas* veiculadas na *Folha de S.Paulo*, há que se abordar algumas questões acerca da imagem em si. Nesse sentido, recorrer-se-á a alguns pressupostos abordados pela teórica da imagem, Martine Joly (2007).

1. A Imagem: Origens, Usos e Contraposições

De acordo com Joly (2007, p. 10), o uso das imagens se generaliza e, contemplando-as ou elaborando-as, diariamente, acabamos sendo levados a utilizá-las, decifrá-las, interpretá-las. Para a teórica, quanto mais vemos imagens, mais corremos o risco de ser enganados.

Desde os tempos mais remotos do *Paleolítico* e até os dias de hoje, o homem deixou vestígios de suas faculdades imaginativas, sob a forma de desenhos, nas pedras, nas cavernas (GELB *apud* Joly, 2007, p.17). Essas figuras, desenhadas ou pintadas, gravadas ou talhadas, são consideradas imagens porque imitam, esquematizando visualmente as pessoas e os objetos do mundo real; no entanto, essas *primeiras imagens* também se relacionavam, acredita-se, com a magia e a religião (JOLY, 2007, p.18).

Por conseguinte, a teórica discorre sobre as religiões judaico-cristãs, para as quais a noção de imagem representa um problema-chave da questão religiosa. Isso decorre da proibição bíblica, constante do 3º Mandamento, de se produzir, de se fabricar imagens e de prosterna-se diante delas. Nesse sentido, uma religião monoteísta, como as de origem judaico-cristãs, teria o dever de *combater as imagens*, isto é, de *combater os outros deuses*. De fato, tal modo de ver a natureza divina da imagem acabou na intitulada *querela das imagens*, a qual abalou o Ocidente, do século IV ao VII da era cristã, e opôs iconófilos e iconoclastas (JOLY, 2007, p. 18).

Ao prosseguir em sua explanação acerca das imagens e das suas origens, a autora lembra o Renascimento, comentando que a separação da *representação religiosa* e da *representação profana* estará na origem dos gêneros pictóricos e que, mesmo abolido, o *iconoclasmo bizantino* teria influenciado toda a história da pintura ocidental.

Segundo Joly (2007, p. 18), a noção de imagem, no campo das artes, está relacionada essencialmente à representação visual, como: afrescos, pinturas, iluminuras, ilustrações decorativas, desenho, gravura, filmes, vídeo, fotografia e, até mesmo, imagens de síntese. Todavia, há que se salientar que, no campo etimológico, o termo *imagem*, provém do latim *imago*, que designa a máscara mortuária utilizada nos funerais na Antigüidade romana. Nessa última acepção, a *imagem*, que pode ser o próprio espectro do morto ou sua alma, está vinculada não só à morte, mas, inclusive, a toda a história da arte e dos ritos funerários (2007, p. 18).

No campo filosófico, a imagem também foi objeto de muita reflexão desde a Antigüidade grega, principalmente com Platão e Aristóteles, que vão defendê-la ou combatê-la, paradoxalmente, pelos mesmos motivos. Para Platão (*apud* Joly, 2007, p. 19), a imagem, à medida que é imitadora, engana, desvia da verdade, seduz as partes mais fracas de nossa alma, sendo que a única imagem válida é a *natural* (a do reflexo ou a da sombra³⁸), pois se trata da única passível de se tornar uma ferramenta filosófica. Contudo, para Aristóteles (*apud* Joly, 2007, p. 19), a imagem, à medida que é imitadora, educa, leva ao conhecimento e é eficaz pelo próprio prazer que se sente com a sedução que propicia.

Independentemente de ser um instrumento de comunicação ou, até mesmo, uma divindade, o fato é que, muitas vezes, a imagem assemelha-se ou confunde-se com o que ela representa, tal como se pode constatar em certas fotografias. Entretanto, isso não ocorre em relação às *charges*, visto que estas são declaradamente desenhos, elaborados, prevalentemente, com traços visuais hiperbólicos.

Além dos assuntos ora citados, a autora também aborda em seu livro questões acerca do *psiquismo*, do *conjunto das imagens científicas* e das *imagens de síntese produzidas em computador (imagens virtuais)*, as quais, a nosso ver, após análise não se inter-relacionam ao nosso objeto de estudo, como aquelas sobre as que discorreremos a respeito.

³⁸ Nítida alusão ao *Mito da Caverna*.

2. Imagens: Signos, Representações e Complementaridade

Neste trabalho, escolheu-se abordar a imagem, no caso a chargística, sob o ângulo da significação e não sob o da emoção ou o do prazer estético. Nesse sentido, para Joly (2007, p. 28), a teoria semiótica, por ser uma teoria mais geral, mais globalizante, permite ultrapassar as categorias funcionais da imagem.

De fato, estudar certos fenômenos em seu aspecto semiótico é considerar seu modo de produção de sentido, ou melhor, a maneira como provocam significações, isto é, interpretações. Segundo Joly (2007, p. 29) “um signo só é ‘signo’ se ‘exprimir idéias’ e se provocar na mente daquele ou daqueles que o percebem uma atitude interpretativa”. Sob esse ponto de vista, pode-se afirmar que tudo pode ser signo, uma vez que, ao sermos seres socializados, aprendemos a interpretar o mundo ao nosso redor, seja ele natural ou cultural.

No entanto, conforme Joly (2007, p. 29), o propósito do semiótico “não é decifrar o mundo nem recensear as diversas significações que damos aos objetos, às situações, aos fenômenos naturais etc.”. Na realidade, o trabalho do semiótico “vai consistir mais em tentar ver se existem categorias de signos diferentes, ver se esses diferentes tipos de signos têm uma especificidade e leis próprias de organização, processos de significação particulares (JOLY, 2007, p. 29).

É nesse sentido que se tem trabalhado nesta pesquisa, identificando, primeiramente, que o seu *corpus* se refere a *charges*, mais especificamente a *charges jornalísticas*, as quais foram veiculadas num período de crise, o da segurança pública deflagrada pelos ataques do PCC, em 2006. Essas *charges jornalísticas* veiculadas sob tal temática, num período de tamanha conturbação social, possuem especificidades em seu modo constitutivo. No geral, as *charges jornalísticas* são consideradas prevalentemente de cunho *político*, no entanto, o enfoque das *charges* que constituem o *corpus* deste estudo, além de englobar certos aspectos políticos, diretos ou indiretos, também aborda temáticas com profundo aspecto social. Quanto à ironia, ao humor e à interdiscursividade, são outros processos particulares envolvidos na construção dos efeitos de sentido presentes no discurso chargístico, sendo abordados mais adiante.

Por conseguinte, há que se salientar que não se pretende discorrer longamente sob as origens da *Semiótica*, mas alguns apontamentos são necessários, “para compreender melhor o que é uma imagem, o que ‘diz’ uma imagem e, sobretudo, *como* o diz.” (JOLY, 2007, 32).

Inicialmente, cabe ressaltar as contribuições de Ferdinand de Saussure (1857-1913) e de seu projeto semiológico. Além de ser o fundador da *lingüística* moderna, os princípios básicos de sua teoria influenciaram profundamente o desenvolvimento do estruturalismo semiótico e filosófico. O seu projeto de uma *teoria geral de sistemas de signos*, denominado por ele de *semiologia*, foi a essência de sua contribuição para a *semiótica*, sendo que um elemento básico dessa teoria é o *modelo sígnico diático*, composto por um *significante* e por um *significado*. Outras contribuições referem-se ao dogma da arbitrariedade do signo lingüístico e aos conceitos de estrutura e sistema de linguagem.

Apesar de o sistema sígnico diático de Saussure preocupar-se, em primeiro lugar e antes do mais nada, com a *língua*, excluindo o objeto de referência, há que se destacar que o sistema saussureano continua operatório para a compreensão de muitos aspectos de qualquer forma de mensagem. Quanto a isso, Winfried Nöth (2005, p. 36) afirma: “o valor do signo lingüístico, conforme Saussure, não está ligado aos objetos que designa, mas é constituído apenas dentro da rede das relações com os outros signos com os quais forma um sistema”.

Para Peirce (1839-1914), no entanto, o signo é “algo que está no lugar de alguma coisa para alguém, em alguma relação ou alguma qualidade” (JOLY, 2007, p. 33).

O mérito dessa definição é mostrar que um signo mantém uma relação solidária entre pelo menos três pólos (e não apenas dois como em Saussure): a face perceptível do signo, “representamen”, ou significante; o que ele representa, “objeto” ou referente; e o que significa, “interpretante” ou significado.

Essa triangulação também representa bem a dinâmica de qualquer signo como processo semiótico, cuja significação depende do contexto de seu aparecimento, assim como da expectativa de seu receptor.

De acordo com Joly (2007, p. 35), embora os signos possam parecer múltiplos e variados, todos teriam, segundo Peirce, essa dinâmica tripolar, que vincula o significante ao referente e ao significado. É nesse sentido que Joly (2007, p. 34) afirma:

O exemplo da “imagem” é ainda mais eloqüente e pode ajudar a compreender melhor sua natureza de signo: uma fotografia (significante) que apresenta um grupo alegre de pessoas (referente) pode significar, de acordo com o contexto, “foto de família” ou, em uma publicidade, “alegria”, ou “convívio” (significados).

Mesmo que tenham uma estrutura comum, os signos não são idênticos. Nesse sentido, Peirce propôs a seguinte classificação para distingui-los uns dos outros e para tentar distinguir suas especificidades: *ícone*, *índice* e *símbolo*.

O ícone corresponde à classe de signos cujo significante mantém uma relação de analogia com o que representa, isto é, com seu referente. Um desenho figurativo, uma fotografia, uma imagem de síntese que represente uma árvore ou uma casa são ícones, na medida em que se “pareçam” com uma árvore ou com uma casa. [...] O índice corresponde à classe dos signos que mantêm uma relação causal de contigüidade física com o que representam. É o caso dos signos ditos “naturais”, como a palidez pra o cansaço, a fumaça para o fogo, a nuvem para a chuva, e também as pegadas deixadas pelo caminhante na areia ou as marcas deixadas pelo pneu de um carro na lama. [...] o símbolo corresponde à classe dos signos que mantêm uma relação de convenção com seu referente. Os símbolos clássicos como a bandeira para o país ou a pomba para a paz, entram nessa categoria junto com a linguagem, aqui considerada como um sistema de signos convencionais. [grifos nossos]

Conforme Joly (2007, p. 35-36), trata-se de uma classificação em que se distinguem os signos em razão do tipo de relação que há entre o significante (a face perceptível) e o referente (o representado, o objeto) e não o significado. No entanto, há que se salientar, de acordo com Joly (2007, p. 36), que Peirce foi o primeiro a esclarecer que não existe um signo puro, mas apenas características dominantes.

No que se refere à *imagem*, Peirce (*apud* JOLY, 2007, p. 36) classifica-a como uma subcategoria do ícone, sendo que as outras duas são: o *diagrama* e a *metáfora*. Para Peirce (*apud* JOLY, 2007, p. 37):

A categoria da imagem reúne, então, os ícones que mantêm uma relação de analogia qualitativa entre o significante e o referente. Um desenho, uma foto, uma pintura figurativa retomam as qualidades formais de seu referente: formas, cores, proporções, que permitem reconhecê-los”.

A nosso ver, a *imagem chargística*, mesmo com sua linguagem verbo-visual, enquadra-se perfeitamente na seguinte colocação de Joly (2007, p. 38), no momento em que essa autora discorre sobre a heterogeneidade da imagem:

O primeiro princípio essencial é, provavelmente, a nosso ver, o que se chama “imagem” é *heterogêneo*. Isto é, reúne e coordena dentro de um quadro (ou limite) diferentes categorias de signos: “imagens” no sentido teórico do termo (*signos icônicos*, analógicos), mas também *signos plásticos* (cores, formas, composição interna, textura) e a maior parte do tempo também signos lingüísticos (linguagem verbal). É sua relação, sua interação que produz o sentido que aprendemos a decifrar mais ou menos conscientemente e que uma observação mais sistemática vai ajudar a compreender melhor.

Independentemente de ser material ou imaterial, visual ou não, natural ou fabricada, a imagem é, antes de tudo, *algo que se assemelha a outra coisa* (JOLY, 2007, p. 38), ou seja, a *analogia* ou a *semelhança* parece ser, antes de mais nada, o ponto comum entre as diferentes significações da palavra imagem: imagens visuais, imagens mentais, imagens virtuais.

Se a imagem *parece* é porque ela não é propriamente a coisa. Nesse caso, sua função é, portanto, evocar, querer dizer outra coisa que não ela própria, utilizando o processo da semelhança. Em outras palavras, se a imagem é percebida como representação, isso também quer dizer que a imagem é percebida como signo (JOLY, 2007, p. 39). Por conseguinte, pode-se constatar, segundo Joly (2007, p. 39), que:

[...] o problema da imagem é, de fato, o da semelhança, tanto que os temores que suscita provêm precisamente de suas variações: a imagem pode se tornar perigosa tanto por excesso quanto por falta de semelhança. Semelhança demais provocaria confusão entre imagem e objeto representado. Semelhança de menos, uma ilegibilidade perturbadora e inútil.

Por fim, no que se refere a essas questões, Joly (2007, p. 40) conclui:

Não se deve esquecer que, se qualquer imagem é representação, isso não implica que ela utilize necessariamente regras de construção. Se essas representações são compreendidas por outras pessoas além das que as fabricam, é porque existe entre elas um mínimo de convenção sociocultural, em outras palavras, elas devem boa parcela de sua significação a seu aspecto de símbolo, segundo a definição de Peirce. A teoria semiótica permite-nos captar não apenas a complexidade, mas também a força da comunicação pela imagem, apontando-nos essa circulação da imagem entre *semelhança*, *traço* e *convenção*, isto é, entre *ícone*, *índice* e símbolo.

Para Joly (2007, p. 108), quanto à *mensagem lingüística*, todos concordam que ela é determinante na interpretação de uma imagem em seu conjunto, pois esta seria particularmente “polissêmica”, isto é, poderia produzir muitas significações diferentes que a mensagem lingüística deveria canalizar. Polissêmica, pois veicula grande número de informações, como qualquer enunciado um pouco longo.

No que se refere à *interpretação da imagem*: é verdade que ela pode se orientar diferentemente, conforme esteja ou não em relação com uma mensagem lingüística e segundo a maneira como essa mensagem corresponde ou não à expectativa do espectador. Assim, de acordo com Roland Barthes (*apud* JOLY,

2007, p. 109), com relação à imagem, o texto tem uma função de *ancoragem* ou de *revezamento*:

A função de *ancoragem* consiste em deter essa “cadeia flutuante do sentido” que a polissemia necessária da imagem geraria, “designando o nível correto de leitura”, qual dentre as diferentes interpretações solicitadas por uma única imagem privilegiar. A imprensa oferece exemplos diários dessa função de ancoragem da mensagem lingüística, também chamada a “legenda” da imagem. Sob a fotografia de jovens soldados franceses feridos entre os escombros de Beirute, não é indiferente ler, dependendo do semanário no qual é publicado esse tipo de foto: “O sacrifício dos jovens franceses” ou “A morte lenta...”.

Já a função do *revezamento* se manifestaria quando a mensagem lingüística viesse suprir carências expressivas da imagem, substituí-la. De fato, apesar da riqueza expressiva e comunicativa de uma mensagem puramente visual [...], há coisas impossíveis de dizer sem recorrer ao verbal.

Quanto a isso, há que se salientar que o conteúdo lingüístico pode, também, exercer uma dupla função, tanto a de ancoragem como a de revezamento, na medida em que ele pode, respectivamente, contribuir para a *ancoragem* da “cadeia flutuante do sentido da imagem” e/ou para suprir carências expressivas desta.

Antes de procedermos às análises, outra ressalva, porém, é cabível neste momento, especificamente em relação às *charges jornalísticas* que compõem esta pesquisa, pois, conforme demonstraremos a seguir, o efeito de sentido da ironia é obtido mediante a tensão entre os componentes imagéticos e verbais da imagem chargística, cujo modo constitutivo caracteriza-se, prevalentemente, como sendo sincrético. Em suma, a nosso ver, a categórica oposição entre a imagem e o verbal é uma falsa oposição, uma vez que este não apenas participa da construção da mensagem visual, como também pode substituí-la, até certo ponto, e inclusive completá-la em uma circularidade ao mesmo tempo reflexiva e criadora. É nesse sentido que Joly (2007, p. 121) afirma: a complementaridade das imagens e das palavras também reside no fato de que se alimentam uma das outras.

A *charge*, como texto sincrético, que compartilha a linguagem verbal e a visual em seu modo constitutivo, é um exemplo que muito perfeitamente se encaixa nesse conceito de *complementaridade*, uma vez que a significação só se estabelece quando da associação, ou melhor, da inter-relação entre essas duas linguagens. Numa *charge jornalística*, com aspectos de humor e/ou de ironia, por exemplo, o que está escrito ou é dito, nem sempre equivale ao que é mostrado; assim como aquilo que nos é apresentado visualmente, muitas vezes não condiz com o que é colocado em palavras. Poderia-se dizer que, de certa forma, para esses casos, trata-se de

uma *ancoragem ao contrário*. É dessa maneira que o todo significativo de sentido, que compõe a *charge*, necessita dessa complementaridade para construir o seu processo de textualização. A *charge*, como texto que se constrói mediante a articulação de suas linguagens.

3. Aspectos Constitutivos das Charges

Ao contrário da maioria das *fotografias jornalísticas*, as *charges* não se caracterizam por transmitir ou gerar efeitos de *realidade*. Aliás, o próprio aspecto constitutivo das *charges*, como desenhos, não permitiria esse tipo de efeito. Portanto, é com base nessa visão que prosseguiremos este estudo sobre o desenho chargístico.

Além disso, considerando-se que não há significação sem relação e que é nesta que o sentido é construído, passemos a analisar as *charges* e seus diferentes aspectos constitutivos.

3.1. A Imagem Chargística e seus Componentes Verbais e Visuais

Antes de iniciarmos, é oportuno detalhar que, dentre todas as 28 *charges* que compõem o objeto de estudo desta pesquisa, apenas uma *charge*, a primeira, a qual foi veiculada em 15.05.2006, não apresenta, simultaneamente, componentes verbais e visuais, conforme pode ser constatado na **Charge 1**, a seguir:



Charge 1: Folha de S.Paulo, p. A2, de 15.05.2006

Nessa *charge*, cujo único componente verbal é somente a assinatura do chargista Glauco, no canto inferior direito, podemos identificar um personagem com uniforme, botas, cinto, coldre, revólver e cassetete alusivos a um policial.

No primeiro quadro, à esquerda, esse policial, com as mãos nas costas, inclina-se e observa o céu. Na seqüência, no quadro do meio, ele começa a, calmamente, abrir um guarda-chuva. No entanto, no quadro final, o terceiro à direita, o chargista quebra qualquer expectativa ao fazer com que uma chuva de projéteis, com calibres bem superiores ao do revólver do policial, esteja prestes a atingi-lo, restando-lhe a proteção de seu frágil guarda-chuva diante do iminente e desproporcional ataque que lhe está sendo direcionado, mas cuja origem é, no momento, desconhecida.

Há que se ressaltar, antes de prosseguirmos, que os chargistas também trabalham com a existência de significações não manifestas, mas subentendidas, de forma que isso nos obriga a recuperar toda uma série de informações para melhor compreender a gama possível de significados. Esse tipo de estratégia é muito presente, mas não exclusivo, de *charges* que se utilizam somente da linguagem verbal. É nesse sentido que essa *charge* deixa um espaço a ser preenchido pelo leitor, mediante referências indiretas, ou seja, em momento algum nela é grafada a sigla do PCC.

A chuva desproporcional de projéteis sobre o policial atua como referência indireta, de grande efeito, para o leitor do jornal que lê visualmente aquilo que está prestes a acontecer ao protagonista. Trata-se de um procedimento usual na linguagem chargística que, freqüentemente, reduz o todo à sua parte que lhe é mais característica.

Assim, na **Charge 1**, há uma alusão, apenas com recursos visuais, à dimensão dos ataques que foram desferidos pelo PCC contra as forças policiais do Estado e da Cidade de São Paulo, ou seja, contra as polícias civil, militar, rodoviária e metropolitana, inclusive a bombeiros, tanto aos que estavam a pé, em carros de patrulha, em delegacias ou em postos/guaritas espalhados em diversas localidades de diferentes cidades. Em outras palavras, a violência dos ataques do PCC é enunciada visualmente por essa *charge*.

Dessa forma, excetuando-se essa *charge*, as demais que foram veiculadas pela *Folha de S.Paulo*, no período em estudo acerca da crise da segurança pública deflagrada pelo PCC em 2006, são constituídas por elementos verbo-visuais, ou melhor, são caracterizadas como textos sincréticos, à medida que apresentam,

concomitantemente, elementos oriundos da linguagem verbal e da visual, assim como “n” outros elementos, tais como o próprio arranjo diagramático e a composição cromática, que afetam diretamente os aspectos visuais.

3.2. A Hipérbole Visual dos Traços, Formas e Cores

Na *charge*, a escala da representação das figuras é freqüentemente alterada, com o nítido objetivo de se dar espaço à hipérbole visual, mediante a qual é exibida a desproporção dos traços, das formas e das cores.

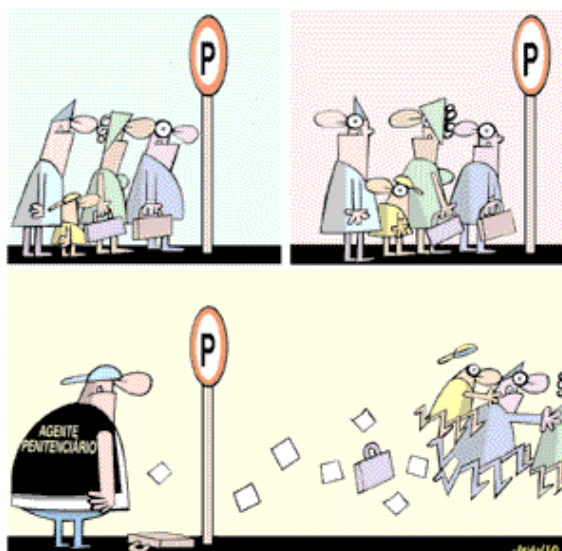
De acordo com Norma Discini (2005, p. 109), “o exagero é aliado do efeito de humor”. No entanto, a nosso ver, o *exagero* também pode atuar, indubitavelmente, como aliado do efeito de ironia, de crítica, tal como exemplificaremos, mais adiante, com as **Charges 4 e 5**.

Por ora, vamos demonstrar, mediante as **Charges 17 e 19** como, de fato, o exagero mencionado por Discini pode contribuir para a criação de certo efeito de humor, além do da ironia, é claro.

Essas *charges* tratam, especificamente, do momento em que, não podendo andar armados tal como os policiais, os *agentes penitenciários* passaram a ser um dos alvos principais durante a segunda onda de ataques do PCC em 2006. Vale registrar que muito desses agentes foram alvejados locomovendo-se tranqüilamente pelas ruas das cidades.

Na **Charge 17**, podemos identificar, no primeiro quadro, no canto superior esquerdo, a presença de uma fila com 4 pessoas que, aparentemente tranqüilas, estão em um ponto de parada, provavelmente aguardando por um ônibus: são três adultos e uma criança.

No entanto, no segundo quadro, à direita, essas quatro pessoas estão olhando para trás e apresentam os olhos totalmente arregalados e as mãos quase que espalmadas, tal como se tivessem acabado de se assustar com algo que, para nós, ainda não está visível.



Charge 17: Folha de S.Paulo, p. A2, de 06.07.2006

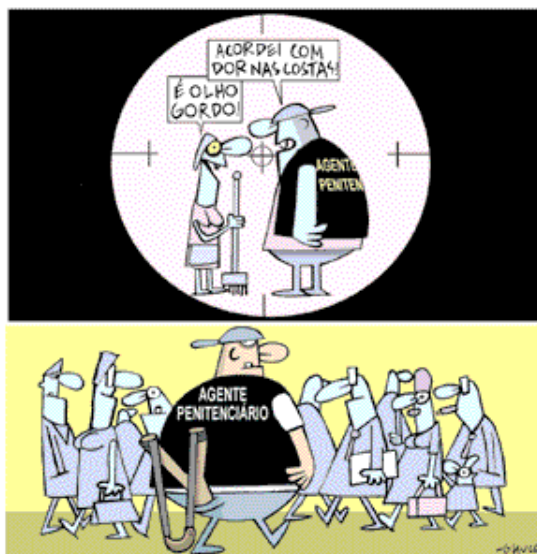
É somente no terceiro quadro que aparece um quinto personagem, identificado como *agente penitenciário*. Nesse último quadro, as outras quatro pessoas são mostradas, de forma exagerada, como se estivessem fugindo, correndo, no mais completo estado de pânico. Isso pode ser depreendido pelos seus olhos que continuam arregalados, pelas várias pernas que cada um passou a ter, pelas folhas de papel e valises que, na ânsia da fuga urgente, foram abandonados e pelos braços estendidos para frente, recurso tipicamente indicial, em desenhos, para representar que algum personagem está correndo e não parado ou simplesmente caminhando.

No que se refere à **Charge 19**, conseguimos identificar, no primeiro quadro, na parte superior, no meio de um círculo representativo da mira de um rifle, ou de algo a isso semelhante, a presença de dois personagens: um agente penitenciário e uma dona-de-casa ou faxineira.

Inicialmente, o agente penitenciário se queixa e diz ter acordado com dor nas costas. Em resposta, mas de forma inusitada e não muito coerente, sua interlocutora afirma que aquilo deveria ser *olho gordo*, ou seja, decorrente de alguma inveja. Na verdade, o agente penitenciário estava sob a mira de outro olhar, a de um atirador.

O ápice da comicidade e, também, do absurdo, na **Charge 19**, ocorre quando, no segundo quadro, o inferior, esse mesmo agente penitenciário é mostrado portando, como única *arma de proteção*, um estilingue, o qual, apesar de desenhado de forma extremamente exagerada pelo chargista Glauco, não deixava de ser,

também, um simples *brinquedo de criança*. Tudo isso é cômico, ao mesmo tempo em que é trágico.



Charge 19: Folha de S.Paulo, p. A2, de 14.07.2006

Por conseguinte, podemos observar, nas **Charges 10 e 11**, a presença, respectivamente, do exagero:

a) na predominante e chocante cor vermelha utilizada pelo chargista Angeli, como alusão direta às inúmeras mortes que as forças policiais, ao reagir aos ataques, teriam ocasionado naquele momento, confundindo, segundo alguns, culpados e inocentes. Além de estar prevalentemente sob a forma de duas gigantescas poças, o sangue também se encontra nas pegadas e impregnado nos vestidos e sapatos dessas duas mães que, desesperadas, não desistem de tentar encontrar seus filhos, desaparecidos durante os ataques do PCC e a conseqüente reação das forças policiais.

b) no traço e na forma com que o chargista Glauco desenhou o cão atroz, representativo do PCC, que guia o pequenino policial, numa evidente referência quanto à oposição de forças, questão esta sobre a qual já discorreremos detalhadamente em item específico.



Charge 10: Folha de S.Paulo, p. A2, de 24.05.2006



Charge 11: Folha de S.Paulo, p. A2, de 25.05.2006

4. A Sátira de Costumes

A *charge* se apresenta como o espaço ideal para criticar os costumes da sociedade e, também, os políticos. Isso ocorre por meio da sátira, com seus componentes básicos, como o humor, a máscara e o grotesco.

Para Landowski (1995, p. 64-95), graças à condição de mostrar-nos o que está escondido por trás das máscaras sociais da realidade política, o chargista na imprensa acaba ultrapassando o papel de um simples comediante. De acordo com esse teórico, o humor *expõe o rei nu*, sendo que as *charges* nos dão, dia-a-dia, a chave, no sentido musical do termo, de nossa leitura da atualidade.

No Brasil, ao contrário do que reiteradamente se constata nos dias de hoje, o desenho de humor já teve poderes para destruir ou arranhar a imagem de personalidades da vida política brasileira. Segundo Pedro Corrêa do Lago (1999, p. 8-15), na década de 1910, Sabino Barroso, presidente da Câmara dos Deputados, foi levado à renúncia em razão de um desenho, publicado em *O Malho*, referente à instituição que ele representava.

Por conseguinte, em 1926, no último dia do governo de Arthur Bernardes, o jornal *A Tribuna* trocou toda a primeira página por uma caricatura de Álvaro, em que era mostrado, numa clara insinuação de golpismo, um corvo com as feições do presidente da república sobrevoando o *Palácio do Catete*. O impacto foi tão grande que, no intuito de se tentar apreender os jornais, a polícia foi às ruas e espancou os

jornaleiros que se recusavam a entregar os exemplares. Em decorrência de tudo isso, os estudantes, indignados, também saíram às ruas e espalharam rochas para atrapalhar a cavalaria policial (MIGUEZ, 2003, p. 50).

Em 1992, o jornal *O Globo* publica uma *charge* de Chico Caruso, em que o então presidente Fernando Collor olha para a própria roupa, a qual vai ganhando listras horizontais, de baixo para cima, numa clara alusão de que o seu traje se transformará num uniforme de presidiário. A repercussão dessa *charge* foi muito grande naquela ocasião, sendo, inclusive, considerada por alguns como exagerada, no entanto, há que se ressaltar que essa *charge* não serviu para destruí-lo, mas para resumir toda a indignação da sociedade e o anseio de uma nação diante da corrupção durante seu governo. Tudo isso, naquela ocasião, culminou com o seu *impeachment*.

A partir de 1968, com o Ato Institucional de Nº 5 (AI-5), e durante o *Regime Militar*, a *charge* só pôde enviar mensagens em código para os seus leitores, tal como a própria Música Popular Brasileira (MPB) também tivera de fazer naquele momento histórico.

Com isso, de acordo com Lago (1993, p. 13), a *charge política* enriqueceu-se como linguagem e, por conseqüência, o humor político se fortaleceu, uma vez que ela passou a ser uma das poucas maneiras de se revelar fatos que não podiam ser noticiados claramente pela imprensa.

É nesse sentido que o chargista Spacca, do *site Observatório da Imprensa*, lembra o seguinte ocorrido: “na ditadura, o chargista Henfil (Henrique de Souza Filho) estava criando a filha de um cunhado refugiado político, e colocava nas tirinhas que ele fazia para o jornal uma menininha dizendo que estava bem de saúde”.

Lago (1999, p. 14) considera que o fato de ter de criticar o poder por linhas tortas fez com que a *charge* acabasse incorporando as metáforas visuais como uma necessidade. Atualmente, no entanto, com o fim oficial da censura, podemos afirmar que as *charges* não poupam recursos, verbais ou visuais, para passar suas mensagens. Uma prova disso é que, dentre as 28 *charges* que compõem esta pesquisa, apenas uma apresenta exclusivamente componentes visuais.

4.1 Questões de Humor e Ironia: a Construção dos Efeitos de Sentido

Inicialmente, temos de concordar com o teórico Sírio Possenti (2007, p. 116), quando este, refletindo sobre temáticas políticas e sociológicas, afirma o seguinte: “Pode-se dizer que a maior parte das *charges* das segundas páginas dos jornais são políticas, até porque elas são, em geral, produzidas exatamente em função das notícias”. Quanto a isso, não há dúvidas: o próprio noticiário político fomenta a produção de *charges* na mídia jornalística, inclusive na própria *Folha de S.Paulo*, no entanto, não é isso o que ocorre com o nosso *corpus* de estudo, o qual, por sua natureza intrínseca, social, se refere especificamente às *charges* publicadas quanto à crise de segurança deflagrada pelos ataques do PCC em 2006.

O discurso humorístico, segundo Possenti (2007, p. 109), é *correntemente julgado como crítico*. Isso, no entanto, não é o que se observa em alguns discursos conservadores e, até mesmo, preconceituosos veiculados mediante piadas que abordam temáticas relacionadas, por exemplo, à sexualidade, ao racismo e à intolerância às diferenças/minorias.

Não estamos propondo, aqui, qualquer julgamento de valor nem questionando o senso de humor das pessoas que propagam esse discurso, mas evidenciando tão-somente que muitas delas acham graça nas piadas que tratam de tais temáticas.

Ainda de acordo com Possenti (2007, p. 109), “se o humor não é sempre crítico, certamente o é o humor político”. Em consonância a isso, Eric Landowski (1995, p. 73) defende que humor e ironia coexistem, de fato, dentro da teoria.

Com relação a essas assertivas, cabe-nos ressaltar que constatamos em nosso objeto de estudo – a *charge jornalística* veiculada pela *Folha de S.Paulo* durante a crise de segurança pública deflagrada pelo PCC em 2006 – a prevalente coexistência de aspectos humorísticos e irônicos, além dos interdiscursivos. Para efeito de explanação, no entanto, trataremos, a seguir, de algumas *charges* que apresentam ora a prevalência de um ou de outro desses aspectos.

Antes disso, temos de pontuar, ainda, que “muito freqüentemente, as piadas políticas são transitórias, dado que exploram características específicas de determinados políticos ou das etapas da história pelas quais passa um país ou um governo (POSSENTI, 2007, p.110).

É nesse sentido que, daqui a dez anos, por exemplo, certos efeitos de humor e, mesmo de crítica, podem vir a não ser tão evidentes como foram para os leitores

que tiveram contato com determinada *charge* naquela ocasião em que eles estavam vivenciando e/ou testemunhando todo o ocorrido.

Podemos, assim, identificar que o *contexto* é fundamental para que o riso se manifeste, uma vez que, nas *charges*, o que provoca o riso é um somatório de fatores: *o que se diz e como se diz, em qual circunstância e com quais intenções*.

4.1.1 O Humor na *Charge* Jornalística

A tensão entre o sentido literal e o figurado das palavras é explorado, com muita freqüência no discurso humorístico e, portanto, no chargístico. Dessa forma, o que pretendemos é mostrar como a linguagem verbal, manipulada conscientemente pelo chargista em contraposição à linguagem imagética, pode provocar determinados efeitos de humor. Cabe salientar que a linguagem verbal constitui um dos recursos de que o chargista dispõe para causar riso em seus interlocutores, sendo que, na *charge*, o componente visual, contraposto ao verbal, é um recurso a mais e tão importante quanto o anterior.

No discurso humorístico, o sentido literal de palavras e expressões é explorado com muita freqüência. O jogo constante da **Charge 2**, de Angeli, é com o sentido usual, literal, da expressão *cidade organizada* e com o novo sentido criado pelo chargista, o de que São Paulo estaria, na realidade, sob comando do *crime organizado*, especificamente do PCC, ao qual todos teriam de sujeitar com riscos de represália armada caso não o fizessem.

Nessa *charge*, tal idéia pode ser depreendida pelos leitores do jornal em razão da presença do personagem de bermuda e camiseta do PCC, que, ao mesmo tempo em que comanda o trânsito da metrópole paulistana, com gestos e apito, tal como faz um guarda de trânsito, também ostenta à sua frente uma enorme metralhadora que poderia se rapidamente empunhada.

Assim, na **Charge 2**, podemos constatar que o chargista investiu na linguagem verbal em contraposição à imagética, a fim de obter, prevalentemente, o efeito de humor. O trabalho do autor, nessa *charge*, gira em torno da ambigüidade da expressão *cidade organizada*, habitualmente empregada nos contextos em que significa simplesmente toda a organização necessária ao funcionamento satisfatório de uma metrópole com as proporções e necessidades da capital paulista.



Charge 2: Folha de S.Paulo, p. A2, de 16.05.2006

De acordo com Landowski (1995, p. 71), o humor ganha *sutileza*, por usar a fórmula “da suspeita mais do que da denúncia, da dúvida mais do que da franca desmistificação”. Em outras palavras, nem tudo é dito ou mostrado sempre de forma explícita, mas, pelo contrário, muito é questionado ou apenas sutilmente sugerido, cabendo ao leitor preencher as lacunas e chegar às suas conclusões acerca de toda a questão.

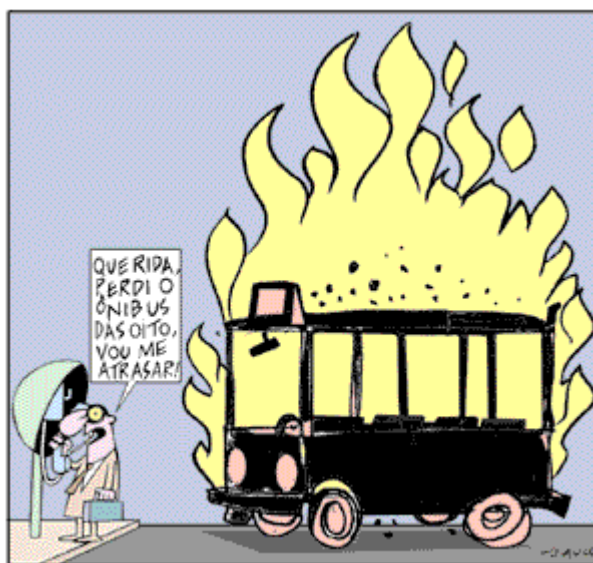
Todavia, a expressão *cidade organizada*, de acordo com a imagem que nos é apresentada, também pode ser depreendida num sentido contrário, ou seja, no de estar a capital sob controle do crime organizado, situação em que o caos urbano e a desorganização dele decorrentes teriam se instalado em São Paulo. Assim, o trabalho do chargista consiste, aqui, em convocar justamente esse segundo sentido, que não é o usual, com o intuito de provocar o riso em seu interlocutor, o leitor da *Folha de S.Paulo*.

Por conseguinte, na **Charge 23**, de Glauco, o personagem representa, dentre outras possibilidades, um trabalhador de classe média, de escritório ou de vendas, à medida que traja terno e gravata e porta uma valise. Aparentemente, esse sujeito está tentando retornar para casa após um dia de trabalho, entretanto, em função da continuidade dos atentados incendiários à frota de ônibus da cidade, ele liga para sua mulher, a partir de um telefone público, e informa-lhe que chegará atrasado, pois teria *perdido* o ônibus das 8 horas. A *cor fria*, em azul, presente no fundo da *charge*, sugere que se trata das 8 horas da noite e não da manhã.

Ao contrário da **Charge 2**, na **Charge 23** não se trata de uma mera oposição de sentido denotativo versus conotativo, entre o texto verbal e o imagético, pois, na

verdade, não foi o sujeito que *perdeu* o ônibus, ou seja, não foi o trabalhador que não teria conseguido embarcar, no horário, na condução, mas, sim, que esse veículo de transporte teria sido mais um, dentre tantos, incendiado a mando da facção criminosa.

Além de o ônibus estar sendo carbonizado, a altura e a intensidade das chamas podem representar, simbolicamente, a própria demonstração de força e a dimensão dos ataques executados pelo PCC naquele período de caos na segurança pública.



Charge 23: Folha de S.Paulo, p. A2, de 18.07.2006

Apesar da seriedade de toda a questão referente aos atentados incendiários contra a frota de ônibus, a desculpa do personagem chega a causar comicidade, primeiro porque ele, aparentemente calmo, se dispõe a ligar para sua *querida* (provavelmente) esposa e justificar o motivo de seu atraso quanto ao retorno para casa.

Todavia, em momento algum, ele esclarece o real motivo disso; pelo contrário, ele diz somente o que ele acha que ela precisa saber naquele momento: que ele chegará atrasado em casa, pois teria perdido o ônibus. Trata-se de uma situação muito similar àquela em que alguns maridos ligam para suas queridas esposas e falam qualquer coisa para justificar os seus atrasos quanto à volta para casa.

4.1.2. A Ironia: um Discurso pelo Averso

Nesta seção teceremos algumas considerações acerca da ironia, uma das catalogadas figuras de pensamento. Há que se salientar, no entanto, que o nosso objetivo é o de abordar a questão da ironia para demonstrar de que maneira tal figura costuma ser utilizada pelos chargistas para provocar no outro, ou seja, nos leitores do jornal, determinados efeitos de sentido.

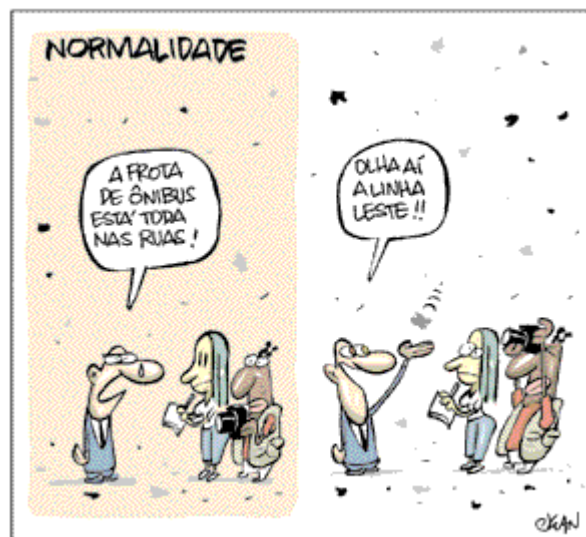
Inicialmente, é fundamental que se tenha bem claramente apreendida a característica dessa figura de pensamento ressaltada na definição de J. Mattoso Câmara Júnior (*apud* ABAURRE e PONTARA, 1999, p. 290), que é a seguinte: “existe ironia quando uma palavra, expressão ou frase é usada com o objetivo de sugerir uma interpretação diversa daquela que constitui o seu sentido literal”.

Dito de outra forma, a ironia refere-se a uma figura de pensamento que nos leva a sugerir, numa palavra, numa expressão ou numa frase, algo diferente do que elas literalmente designam. Trata-se, na verdade, de um recurso amplamente utilizado por muitos criadores de textos, principalmente pelos chargistas.

Nesse sentido, em determinada situação, ou melhor, num contexto específico, o sentido de uma palavra, expressão ou frase, em que há ironia, se distancia do seu sentido literal (denotativo), adquirindo um sentido conotativo, que pode ser de crítica, sarcasmo, sátira ou depreciação.

Em nossas vidas como leitores diários de jornais, revistas e livros, encontramos, muitas vezes, textos irônicos. Com o intuito de desenvolvermos, ainda mais, nossa competência como leitores, é essencial, portanto, que saibamos identificar a ocorrência da ironia em diferentes tipos de textos, principalmente nas *charges*, com todas suas especificidades constitutivas, pois, somente assim, seremos capazes de dar a esses textos uma interpretação que, no mínimo, se aproxime daquela inicialmente pretendida por seus autores, os chargistas.

Assim, observemos, inicialmente, a **Charge 5**, a seguir, que apresenta um conteúdo irônico. Constatamos que esse trecho é irônico uma vez somos capazes de interpretar as linguagens verbais e visuais no contexto em que são utilizadas, lançando mão de todos os elementos colocados à nossa disposição.



Charge 5: Folha de S.Paulo, p. A2, de 19.05.2006

Identificamos que o chargista Jean está sendo irônico porque, em contraposição ao título “Normalidade”, o personagem com paletó, representativo das autoridades governamentais, afirma em entrevista, no primeiro quadro à esquerda, que “A frota de ônibus está toda nas ruas!”, mas, no segundo, estende sua mão em direção às cinzas dos ônibus incendiados e/ou carbonizados pelo PCC, que caem do céu, e diz, duplamente enfático, ou seja, com dois pontos de exclamação, para espanto da repórter: “Olha aí a Linha Leste!!”.

A opção do chargista foi a de ironizar a fala das autoridades, mediante um enunciado final que, obviamente, não deve ser tomado no sentido literal, mas ser interpretado como uma negação da apregoada *normalidade* por parte do discurso oficial, aquele mesmo em que tudo estaria sob controle dessas mesmas autoridades e não sob o comando do PCC.

É dessa forma que funciona, pois, a ironia no discurso chargístico. O chargista, por meio de seus personagens, com suas falas e ações, subverte, de certo modo, ou até mesmo contradiz o sentido literal das palavras e dos títulos/legendas das *charges* que, no contexto sócio-histórico em que se inserem, passam a ter um significado oposto ou muito diferente daquele que apresentam em suas habituais situações de uso.

No entanto, também acontece que, para o chargista provocar o efeito de sentido desejado, é necessário que ele possa contar com certa solidariedade do seu interlocutor (o leitor da *charge*) e com a competência lingüística e cultural deste para interpretar as palavras e as imagens, levando-se em conta as informações

fornecidas pelo contexto sócio-histórico no qual aquela *charge* se insere e com o qual ela dialoga interdiscursivamente.

Com o tratamento discursivo, apresentado pela *charge*, de tornar explícito o jogo das aparências, o que o chargista faz, na verdade, é propor e esperar que o seu leitor leia determinadas partes verbais do texto chargístico *ao contrário*, ou seja, entendendo certos enunciados verbais exatamente por aquilo que eles não estão afirmando. Somente dessa forma ficará evidente que o chargista está, de fato, ironizando que a situação do transporte público coletivo, no que se refere à frota de ônibus, estaria, de fato, finalmente normalizada na cidade de São Paulo.

5. Questões de Intertextualidade

A intertextualidade ou interdiscursividade é outra característica muito marcante e presente no texto chargístico, pois a *charge* freqüentemente retoma, de alguma forma, algum prévio conhecimento notório ou algum fato que já tenha sido veiculado pela própria mídia: em jornais, revistas, *blogs*, *sites* da internet, rádio e/ou televisão, seja por meio de textos, fotografias e/ou audiovisualmente.

No que se refere especificamente à **Charge 25**, identificamos, inicialmente, o título “Novas Medidas de Segurança em São Paulo”, o qual cria a expectativa de que, finalmente, algo estaria sendo, de fato, proposto e implantado pelas autoridades oficiais. Entretanto, não é bem isso o que ocorre.

Na seqüência, ao *lermos* a parte imagética da *charge*, podemos identificar a situação em que, dentro de um carro que transita por uma via expressa ou rodovia, há uma família: um pai, uma mãe e, no banco de trás, duas crianças pequenas.

Ao avistar a placa de trânsito com os dizeres “PCC a 500 Metros”, a mãe volta-se para as crianças e diz: “Não quero saber! Podem ir colocando os coletes à prova de bala. Depois, se morre alguém, vamos ter de pagar multa!”.

Essas colocações verbais são claras alusões, ou melhor, interdiscursividades ou intertextualidades em relação:

a) às placas oficiais de trânsito, que, nas rodovias, avisam a presença, por exemplo, da “Polícia Rodoviária a 500 Metros”;

b) ao discurso presente no próprio *Código Nacional de Trânsito*, não no que se refere à obrigação de coletes à prova de bala, mas de cintos de segurança por parte de todos os passageiros do veículo, inclusive por aqueles que ocupam os bancos traseiros dos carros em trânsito por vias/rodovias.

No intuito de não serem multadas, muitas pessoas, ao avistarem placas que anunciam a existência da polícia rodoviária, finalmente se preocupariam em fazer com que todos os ocupantes colocassem os respectivos cintos de segurança. O mesmo ocorre nessa *charge*, mas ao avistarem a placa anunciando a *presença do PCC* e no sentido de que devam colocar os *coletes à prova de bala*.



Charge 25: Folha de S.Paulo, p. A2, de 10.08.2006

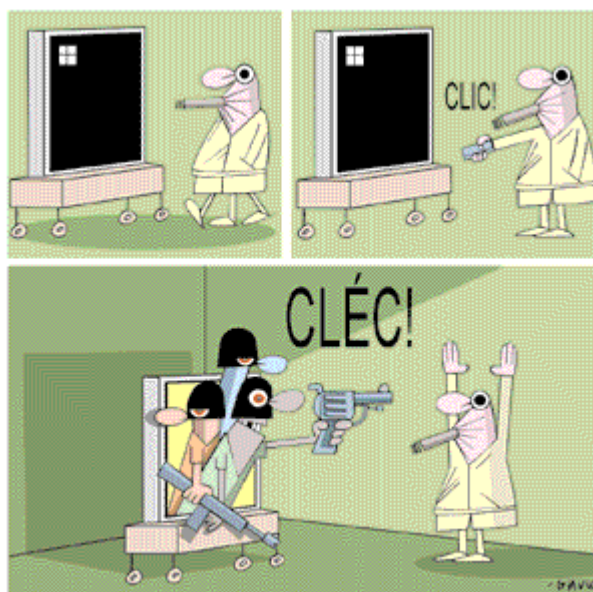
Por conseguinte, na **Charge 28**, o chargista Glauco trabalha – no que se refere ao âmbito da linguagem verbal – somente com o nível fonológico das onomatopéias, com a finalidade de criar os efeitos de sentido de humor e de ironia.

Nessa *charge*, Glauco, por meio das onomatopéias “CLIC!” e “CLÉC!”, remete, respectivamente:

1º) ao acionar do controle remoto da televisão por parte do telespectador, o qual se encontra de pijamas, com uma mão no bolso, fumando tranqüilamente em sua casa, diante de sua enorme televisão na sala;

2º) ao engatilhar típico de uma arma, especificamente ao de um emblemático revólver, calibre 38, empunhado por parte de um dos três bandidos encapuzados, que, de forma alusiva a um fato ocorrido, tomam o espectador de assalto na tranqüilidade de sua residência. Cabe observar que o termo “CLÉC!” é muito maior, não só no aspecto denotativo, quanto ao tamanho com que a palavra está escrita, mas, também, no conotativo. Neste segundo aspecto, esse recurso onomatopaico representa o poderio das armas dessa facção criminosa e a conseqüente impotência

do telespectador diante de tamanha ameaça, a quem só resta erguer os braços em total rendição.



Charge 28: Folha de S.Paulo, p. A2, de 15.08.2006

É desse modo que a **Charge 28** dialoga interdiscursivamente com a veiculação, pela Rede Globo de televisão, à 0h28 de 13.08.2008, de um vídeo produzido pelo PCC com o intuito de divulgar o seu *manifesto*³⁹ e apresentar as justificativas dessa facção criminosa, no que se refere às suas ações e ataques em São Paulo, tanto no interior quanto na capital.

Há que se registrar, entretanto, que a veiculação desse vídeo, duramente questionada naquela ocasião por inúmeras autoridades e órgãos e veículos relacionados à imprensa, ocorreu, por parte da Rede Globo⁴⁰, em razão das exigências do PCC, as quais, se não fossem atendidas, implicariam – segundo ameaças – a morte do repórter Guilherme Portanova, seqüestrado na manhã de 12.08.2008 para esse propósito de forçar a mídia televisiva a se sujeitar à disseminação de seu discurso ideológico. Abriu-se, assim, na história da imprensa brasileira, um precedente preocupante, quanto ao qual cabe à sociedade e aos órgãos competentes, em suas diferentes instâncias de atuação e poder, determinar, rapidamente, diretrizes e procedimentos para o caso de uma recorrência desse tipo de ação criminosa.

³⁹ A íntegra do discurso encontra-se transcrita, por completo, no Anexo D.

⁴⁰ As justificativas divulgadas em 13.08.2006, pela Rede Globo, por meio de um comunicado, constam, na íntegra, do Anexo E.

É nesse mesmo interdiscurso, referente à veiculação do vídeo produzido pelo PCC, que a **Charge 22**, a seguir, nos apresenta os componentes verbais:

1º) “Cadeia Nacional”;

2º) “Interrompemos a programação para a transmissão do horário eleitoral obrigatório reservado ao PCC”.



Charge 22: Folha de S.Paulo, p. A2, de 17.07.2006

Antes de prosseguirmos com nossa análise, há que se salientar, neste momento, que a **Charge 22**, de Angeli, foi publicada em 17.07.2006, no entanto, o vídeo produzido pelo PCC foi veiculado, pela Rede Globo de televisão, à 0h28 de 13.08.2006. Trata-se, portanto, de algo surpreendente constatar que o chargista teve a sensibilidade de antever, com seu fazer artístico engajado sócio-politicamente, uma situação tão grave como essa.

No entanto, cabe observar, também, que a inter-relação entre as *charges* de 17.07.2006 e 13.08.2006, pelo leitor atento da *Folha de S.Paulo*, cria um efeito de sentido que *faz parecer* que todo o ocorrido era, portanto, previsível, de certa forma.

No que se refere às duas colocações verbais, constantes da **Charge 22**, elas são alusões, ou melhor, interdiscursividades ou intertextualidades em relação, respectivamente:

1º) à *rede/cadeia nacional de rádio e televisão* que se estabelece para a veiculação, a nível regional ou nacional, de comunicados e/ou de programas oficiais ou devidamente autorizados. Por outro lado, o termo *cadeia* também remete ao

discurso policial, no sentido de *prisão*, com o qual também se inter-relaciona a própria facção criminosa cujos ataques e ações estavam em pleno andamento.

2º) ao discurso que, de praxe, antecede as propagandas políticas que são veiculadas no horário eleitoral. Com relação a esse segundo item, há que se ressaltar, também, a própria sigla *PCC*, a qual, na maneira como se insere no texto, não muito se distancia das siglas dos partidos políticos existentes atualmente.

Não estamos nem podemos afirmar categoricamente que, com isso, o chargista tenha equiparado o PCC a algum ou a todos os partidos políticos atuais, mas é possível que algo nesse sentido seja depreendido pelos leitores da *Folha de S.Paulo*, uma vez que Angeli também apresenta, reiteradamente, em suas *charges* (de 11.07.2006 e de 13.08.2006), temáticas prisionais, relacionando-as ao universo político de Brasília.

Essa nossa assertiva encontra-se evidenciada nas **Charges 12 e 13**, a seguir, publicadas, também, durante a crise de segurança pública deflagrada pelo PCC em 2006.

Na **Charge 12** a expressão “Superpopulação Carcerária”, constante do título da *charge* sugere uma expectativa que, para um leitor mais ingênuo, se contrapõe, sobremaneira, não à imagem de bandidos, mas à de políticos, composta exclusivamente por homens trajando paletó e gravata. Para esse mesmo leitor, talvez a única coerência seja a relação entre a palavra *superlotação* e a imagem dos políticos que lotam o plenário.

Contudo, o sentido de ironia não se restringe a essa mera oposição inicial, pois Angeli aproveita e desfere o golpe final ao atribuir a um desses políticos a seguinte fala: “Aqui em Brasília também não cabe mais ninguém!”, tal como se afirmasse que, a exemplo dos presídios, também não haveria mais espaço para *outros bandidos* ali, em Brasília, especificamente no plenário. Trata-se de uma possibilidade de leitura de forte crítica e contundência.

Por conseguinte, é nesse mesmo sentido que Angeli, ratifica sua crítica aos políticos e apresenta, na **Charge 13**, de 13.08.2006, uma imagem que remete quase que diretamente à “Câmara dos Deputados”, porém, por questões óbvias, o chargista não escreve por completo essa última palavra, apesar de, através da janela ao fundo, mostrar linhas arquitetônicas alusivas ao *Congresso Nacional* e ao *Palácio do Planalto*. Nessa *charge*, Angeli desenha os políticos na mesma posição em que, emblematicamente, os criminosos condenados à prisão, ou seja, os presidiários são vistos e devem assim permanecer nos pátios das prisões,

principalmente após alguma rebelião e a conseqüente entrada/ação da polícia/tropa de choque.



Charge 12 (de 11.07.2006)



Charge 13 (de 13.08.2006)

6. O Discurso Chargístico na Mídia Impressa: a *Charge* e o Discurso Opinativo dos Jornais

6.1. O Discurso Presente na *Primeira Página*

Pode-se afirmar que, no jornal, todos os seus elementos constitutivos – *primeira página, manchete, notícia, editorial, reportagem, charge, ilustração, fotografia, diagramação, cores, tipografia etc.* – definem, no conjunto, o seu modo de ser junto a seu público leitor.

Não se trata, aqui, de uma mera identidade relacionada à marca do jornal – definida e divulgada, muitas vezes, por peças publicitárias com *slogans* chamativos e de impacto – mas de uma identidade em que o discurso como um todo é reconhecido pelo leitor, uma vez que este se identifica com o discurso de seu enunciador, o jornal, e dele faz parte e se apropria de alguma forma. Em outras palavras, o leitor-enunciatário do jornal *Folha de S. Paulo* identifica-se com o discurso desse veículo de comunicação da mesma forma que acontece com o leitor de *O Estado de São Paulo* em relação a este outro jornal.

Entretanto, ao ler um jornal do qual não se é assíduo leitor, o enunciatório vê-se diante de algo que não lhe é familiar e com o qual, muitas vezes, pode não se identificar, pois não lhe agrada, seja a título de conteúdo, de linguagem, de profundidade/objetividade das notícias ou, simplesmente, de aspectos gráficos ou tipográficos desse outro jornal.

Um jornal existe em função da existência de seus leitores e do interesse destes em relação ao objeto de valor, o saber, veiculado pelo primeiro. De acordo com Miguez (2003, p. 10), é na *primeira página* que um jornal revela uma projeção do mundo, unindo ou pré-construindo um acordo em que se pressupõe um leitor pela construção da figura do enunciatório.

6.1.1. A Primeira Página como Síntese de uma Edição

A *primeira página* de um jornal é muito mais que uma página com meros arranjos diagramáticos com efeitos estéticos que privilegiam a qualidade e os efeitos visuais. Na realidade, ela engloba um todo de sentido que revela a face do jornal, ou melhor, sua imagem pública.

Ao contrário da *página de opinião*, a *primeira página* de um jornal, é destinada a seduzir o leitor à primeira vista, atuando como uma capa, ou melhor, como um espaço em que o leitor (o enunciatório) circula pelo todo do jornal daquele dia, como um mostrador dos conteúdos internos. Nesse espaço, diferentes manchetes, notícias e fotografias são compartilhadas, desde assuntos considerados mais nobres, como política e economia, a outros não tão prestigiados, como aqueles prevalentemente presentes nas páginas policiais.

A *primeira página*, assim como qualquer *charge*, também pode ser lida como um texto completo. Nesse sentido, a *primeira página*, atua, portanto, como uma vitrine de conteúdos, na qual serão apresentados os assuntos mais significativos daquele dia, organizados e dispostos diagramaticamente em consonância com a linha editorial de cada jornal.

De acordo com Chaparro (1998a, p. 36), os pontos de vista de um jornal estão mais presentes na *primeira página* que no próprio *editorial*. Por conseguinte, esse teórico de comunicação jornalística, arremata: “É na capa que a identidade da publicação aflora” (1998, p. 36). É na *primeira página*, portanto, que o jornal enuncia a sua maneira de ver e de se posicionar diante de determinado objeto que está sendo ali referenciado. Nesse sentido, o que se percebe é que a identidade de um

jornal é construída, também, sobre o seu *parecer* diante do mundo, que pode ser observado: no arranjo diagramático, no nível de linguagem de seus textos verbais, na tipografia, nas marcas gráficas, nos claros da páginas⁴¹, nas cores, e na constância de estilo. Nessa recorrência de seus elementos constitutivos, o jornal se revela *naquilo que diz e, também, no modo como diz*.

Todavia, por que as pessoas compram jornais?

Em princípio, constata-se o seguinte:

a) ao ler um determinado jornal, o leitor busca informações quanto a uma dada realidade;

b) em seguida, ao ler o jornal, esse mesmo leitor obtém essas informações e conquista o prometido saber;

É justamente para *fazer saber* e despertar a confiança do leitor que os jornais insistem nesse fazer programado, recorrente, reiterado. Desse modo, de acordo com Landowski (1992, p. 119):

Ao contrário da maioria dos bens de consumo correntes, alimentos e roupas, por exemplo, que demandam uma perpétua mobilidade dos comportamentos de compra e de utilização (porque é preciso – imperativo social – variar cotidianamente tanto sua indumentária como o seu cardápio), o jornal, objeto de comunicação, solicita de cada indivíduo uma certa constância.

Constata-se, assim, que o fazer midiático do jornalismo impresso exige o cumprimento de um programa em que um sujeito leva o outro a *querer* e *dever* entrar em conjunção com um objeto de valor, no caso o jornal, caracterizado por procurar obter informações sobre uma dada realidade.

Trata-se de um jogo persuasivo sustentado por estratégias de negar ou, até mesmo, de criar o suspense sobre o não-sabido, mantendo o leitor no estado de querer saber mais no dia seguinte. Um jogo persuasivo para manter o consumidor em sua rotina e para conquistar novos leitores.

Segundo Landowski (1992, p. 123) o dispositivo de enunciação escolhido por um jornal “supõe, de parte de seu público-alvo, a disposição de endossar um simulacro de sua competência temática”. É dessa forma que alguns jornais

⁴¹ De acordo com Juarez Bahia (1990, p. 116-117), historiador da imprensa brasileira, os claros da página impressa, como espaços não ocupados pelo verbal, ganham relevo, destacando-se e compondo o conjunto de textos da página, de maneira a se nivelar em importância semântica à matéria jornalística.

privilegiam a política e a economia, ao passo que outros valorizam o noticiário policial, os esportes e os escândalos.

No entanto, é claro que em situações extraordinárias – como as três ondas de ataques promovidos pelo PCC – essa assertiva não se aplica de forma categórica, pois, tamanha foi a gravidade e o número de ataques realizados pela facção criminosa que todos os veículos de comunicação viram-se obrigados a divulgar, com destaque, as notícias a eles relacionadas, seja nas *primeiras páginas* ou em *cadernos/encartes especiais*, no decorrer da semana ou na diferenciada *edição de domingo*.

6.2. O Editorial e o Discurso Chargístico

É possível identificar, inicialmente, alguma semelhança entre a *charge* e, por exemplo, o *editorial* da *Folha de S.Paulo*, visto que ambos são textos opinativos que, à maneira de cada um, comentam, analisam e discutem os dados da própria realidade. Ocorre, porém, que a semelhança cessa por aí.

Nesse sentido, com base no *Manual da Redação*, da *Folha de S.Paulo* (2006, p. 64), apresentamos a seguinte conceituação para o termo *editorial*, cuja contraposição analítica em relação à *charge* será efetuada, ponto a ponto, na seqüência:

Texto que expressa a opinião de um jornal. Na *Folha*, seu estilo deve ser ao mesmo tempo enfático e equilibrado. Deve evitar o sarcasmo, a interrogação e a exclamação. Deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela *Folha*.

Constata-se, então, que o *editorial* não apresenta assinatura explícita, mas pressupõe um autor que deve apresentar um distanciamento em relação ao texto que está sendo enunciado, o qual deve expressar a *opinião do jornal*.

A *charge*, por outro lado, sempre revela seu autor, seja com a simples aposição de sua assinatura ou pelo próprio traço/arranjo combinatório de seu desenho. Quanto ao discurso apresentado pelo chargista, há tanto a possibilidade de que seja o ponto de vista dele próprio como, também, o de um narrador a quem esteja dando voz para expressar as idéias de outrem. Há que se ressaltar que, na *charge*, tudo isso está sujeito às escolhas do seu autor, conforme o tema e a finalidade que ele pretenda alcançar com seu texto.

Por conseguinte, as diferenças entre *editorial* e *charge* prosseguem e se acentuam. Cabe ao *editorial* o dever de evitar o sarcasmo, a interrogação e a exclamação, contudo, para a *charge*, isso tudo funciona como instrumental para uma ampla possibilidade de efeitos de sentido que se encontram livremente à disposição do chargista.

Além disso, o estilo do *editorial* deve ser, ao mesmo tempo, enfático e equilibrado. É fato que a *ênfase* está à disposição do chargista, mas, dependendo de sua intenção e do contexto sócio-histórico, ele pode vir a ser ou não sutil em suas colocações. Lembremos aqui das *charges* veiculadas, por exemplo, durante o *Regime Militar*, instaurado no Brasil em 1964 e agravado em 1968 com a imposição do AI-5. Quanto ao termo *equilibrado*, parece-nos que o discurso chargístico não tem por objetivo, necessariamente, a busca de uma *harmonia*, mas, muito pelo contrário.

6.3. A Charge e o seu Lugar na Página Intitulada *Opinião*

No que se refere aos assuntos abordados, não há, necessariamente, uma relação diária fixa entre os *editoriais*, as *colunas assinadas*, as *frases* e a *charge* que são veiculadas na página *Opinião*. Assim, diferentes assuntos podem ser abordados, numa mesma edição, por cada um desses elementos, proporcionando ao leitor um leque diversificado de *opiniões* a respeito de temáticas distintas ou não.

A *Folha de S.Paulo* optou, em sua estratégia discursiva, por inserir a *charge* nesse espaço de opinião, à medida que para esse jornal o texto chargístico equipara-se, nesse fazer opinativo, aos demais textos em seu entorno, apesar de suas peculiaridades imagéticas. Nesse sentido, fica a certeza incontestável quanto à força que a *Folha de S.Paulo* atribui à *charge*.

Conforme já comentamos, a *Folha de S.Paulo* opta por publicar a sua *charge* diariamente na página de *Opinião*, ao contrário, por exemplo, do jornal *O Globo*, que a veicula na *primeira página*, um espaço que não é considerado opinativo.

Esse fazer jornalístico da *Folha de S.Paulo*, que estampa a *charge* numa página claramente definida como de opinião, ou seja, num contexto opinativo, nada tem de ingênuo. O chargista, desse modo, é apresentado e assume a figura de um articulista, de um sujeito produtor de um texto opinativo, inclusive com a aposição de sua assinatura em sua *charge*.

Quanto a essa estratégia discursiva adotada pela *Folha de S.Paulo*, cabe lembrar que os espaços opinativos da mídia impressa têm sido identificados como

lugares em que o jornal-enunciador constrói o simulacro mais visível de sua identidade. Quanto a isso há que se ressaltar que a *charge* também é construída sobre simulacros, à medida que se presta, inclusive, mas não tão-somente, a qualificar ou desqualificar figuras públicas, evidenciando, de forma contundente ou não, situações contraditórias ou questionáveis, seja pelo humor ou pela ironia.

CONCLUSÃO

A *charge* encontra-se inserida em um gênero discursivo cujos primórdios foram inicialmente abordados no artigo *A Caricatura no Brasil*, de autoria do renomado Monteiro Lobato. Todavia, há que se ressaltar que o ponto máximo de seu estudo encontra-se na obra intitulada *A História da Caricatura no Brasil*, de 1963, autoria de Herman Lima, a qual pioneiramente priorizou o desenho de humor como objeto de comunicação e de expressão de ideologias.

O nosso objeto do estudo nesta pesquisa foi, especificamente, a *charge jornalística*, apresentando um breve e importante panorama histórico, assim como abordando os seus efeitos de sentido, passando pela ironia, pelo humor, pela intertextualidade e pela precisão com que são definidas e separadas as diferentes formas de desenho constantes da mídia jornalística impressa: *charge*, *caricatura*, *cartum* e *ilustração*.

Desde o início, estávamos cientes das dificuldades presentes no estudo deste nosso objeto, mas, em momento algum, poderíamos nos furtar à responsabilidade de elaborar um documento único que servisse, também, para reunir, registrar e abarcar todas as *charges jornalísticas* que foram criadas e veiculadas, na *Folha de S.Paulo*, exclusivamente em razão de um fato de tamanho impacto na sociedade paulista, e por que não dizer no Brasil: os ataques do PCC e a crise da segurança pública, sem precedentes, por eles deflagrada, em 2006.

Esta dissertação não buscou esmiuçar questões da ordem da criação de sentido pela oposição de categorias, sequer pretendeu efetuar uma bateria de contraposições lingüísticas em relação ao texto chargístico e aos demais textos escritos presentes na mesma página e/ou em outras da edição do jornal em que a *charge* se encontra. O que se procurou fazer foi levantar os tópicos julgados mais proveitosos em relação às *charges jornalísticas* que compõem o todo do evento por nós intitulado como a deflagração da crise na segurança pública em virtude dos ataques do PCC em 2006.

A nosso ver, os chargistas envolvidos na questão assumiram para si o papel de *intérpretes da realidade*, a qual pedia para ser entendida. A esses artistas coube traduzir – em imagens e idéias – um panorama que se mostrou com inúmeras mazelas numa questão de tanta relevância social: a segurança pública e o descaso dos órgãos públicos competentes.

Em muitas *charges* são colocadas pilhérias, que na maioria das vezes, caminham para o despautério, criando um efeito regozijante, no entanto, pela gravidade do tema relacionado aos ataques do PCC, não é o que se constata em relação às *charges jornalísticas* que compõem o *corpus* desta dissertação.

Considerando-se os chamados *gêneros de humor*, a *charge* poder ser considerada o texto mais complexo, em virtude de seus mecanismos singulares. Além disso, concluímos que a *charge jornalística* pode vir a ser considerada como um traço de reflexão por meio do humor, da ironia e da intertextualidade, que, à sua maneira, reproduz sujeitos e/ou situações e resume a tensão de conflitos sócio-políticos.

Outro fator que distingue a *charge* é a tensão entre a agressividade de certos componentes de seu desenho e a sutileza com que algo é dito/mostrado ou, até mesmo, sugerido. O traço hiperbólico, o exagero e a agressividade na forma são componentes indissociáveis da *charge*, mas freqüentemente estão aliados a essa sutileza.

Outro diferencial, que a nosso ver é a maior riqueza da *charge* encontra-se em sua capacidade de registrar o cotidiano político e social de uma sociedade. Este é, assim, um dos seus sentidos expressos. Trata-se de um fazer artístico, de cunho político e social, e não somente político, para a qual devemos, sim, evidenciar manifestações de apreço. Lembramos, outrossim, que a política é somente um dos mecanismos que compõem a sociedade. Queremos dizer com isso que as questões sociais alcançam um patamar ainda maior e, portanto, muito relevante e amplo para estudos.

Há que se ressaltar, ainda, que a *charge* também tem a capacidade de extrapolar seu nível inicial de atuação, à medida que ela se mostra como um porta-voz dessa mesma sociedade cujo cotidiano ela registra. Ao fazer isso, ele possibilita a construção de um ponto de vista, isto é, permite a transformação do fato em uma posição acerca dele próprio. É imprescindível, entretanto, que se reconheça o papel social e coletivo que a *charge* exerce e sempre exerceu, apesar de se tratar, inicialmente, de uma produção individual, obra de um chargista.

Vale lembrar que este trabalho não teve por finalidade caminhar no sentido de empreender uma análise pelos aspectos *sociológicos* e/ou *antropológicos* das *charges* que se enquadram nesse aspecto da questão. Deixaremos isso para os especialistas dessas áreas. Coube-nos, aqui, ao contrário de certa visão corrente,

evidenciar que o texto chargístico é tão amplo que ele não se restringe a ser texto (*visual* ou *verbo-visual*) a serviço, mera e exclusivamente, de temas políticos.

Identificamos, também, que a *charge* flertou com a lógica dos *meios de comunicação de massa* e com o próprio discurso ideológico, desestabilizador, do PCC, ou seja, considerando-se tratar de discurso cômico e irônico, ela atuou como um dispositivo discursivo situado entre o pensamento dos órgãos/jornais oficiais de comunicação – a *Folha de S.Paulo*, por exemplo – e o do PCC. Tal como se ela estivesse sobre o fio de uma navalha, com vistas para os dois lados da mesma questão.

Em outras palavras, podemos afirmar que o texto chargístico, conforme constatado, atuou como mediador, ou melhor, como catalisador entre as informações legitimadas e homogêneas das mídias oficiais e as táticas de contra-informação, de contracomunicação, adotadas pela facção criminosa.

Por meio de suas surpreendentes ações – ataques armados a policiais, a delegacias, a prédios, a instituições públicas e privadas; incêndios de ônibus; distribuição de cartas à população e a jornalistas; seqüestro de jornalista da Rede Globo; produção e, sob ameaça de morte desse mesmo jornalista, sucesso na veiculação de um vídeo contendo um *manifesto* do partido – o PCC conseguiu espalhar o seu discurso ideológico desestabilizador, ao mesmo tempo em que, para divulgá-lo, disseminou o medo e gerou o caos na segurança pública nas cidades paulistas e nos presídios, além de ter criado um preocupante precedente no que se refere ao seqüestro de um repórter a fim de garantir a veiculação de seu *manifesto*.

Considerando-se a relevância dessa temática, não poderíamos deixar de pontuá-la. Todavia, apesar de não nos aprofundarmos neste trabalho quanto a essas questões conceituais acerca da contracomunicação, é relevante tal apontamento, à medida que ele serve como um indicador possível para outros pesquisadores que queiram enveredar por essa temática.

Por conseguinte, apesar de a *Folha de S.Paulo*, afirmar, ou melhor, conceituar que a *charge* deva tratar ou referenciar as notícias do dia, constatou-se, na prática, que muitas charges não foram veiculadas na mesma data em que haviam sido publicados os textos verbais e/ou as imagens com que os textos chargísticos dialogavam interdiscursivamente. Algo a se rever, certamente.

A mensagem do humorismo e da ironia, que emerge do traço do chargista e se deposita na página intitulada *Opinião* provoca reações no leitor do jornal. Nem sempre, como demonstramos, a compreensão do(s) significado(s) das *charges* é

fácil ou imediata, sem falar que elas pressupõem, na maioria das vezes, a necessidade de inter-relações com outros textos (verbais e/ou visuais) veiculados na própria edição ou, como geralmente ocorre, publicados inclusive em edições anteriores. O texto chargístico, como um todo de sentido, é um texto autônomo, mas, assim como qualquer outro texto, ele pode *dialogar* com outros textos de diferentes tipos. Desse modo, caberá a esse leitor de *charges jornalísticas* empreender um esforço para recuperar o máximo de informações a fim de estabelecer, se for esse o caso, o maior número possível de relações para um amplo entendimento da(s) significação(ões) desse texto chargístico.

Nos textos chargísticos sincréticos – aqueles que se utilizam, ao mesmo tempo, das linguagens verbal e visual – a apreensão do sentido depende da relação, ou melhor, da associação entre essas duas linguagens, principalmente se levarmos em conta que a primeira poderá dar conta de certas especificidades da segunda, já que, dependendo do contexto, a compreensão ficaria a mercê de considerações subjetivas que envolveriam, inclusive, o nível de repertório do leitor.

Identificamos que, dentre as “28” charges que compõem o *corpus* desta pesquisa, somente “1” foi produzida sem qualquer componente verbal, exceto o nome do chargista, Glauco. Se levarmos em consideração as diferenças conceituais entre o verbal, que se utiliza da palavra, e o visual, que dela independe, trata-se, realmente, de uma constatação inusitada, principalmente numa época como a atual, em que o imagético mostra, nas mais diferentes mídias, inclusive na jornalística, o fortíssimo apelo que possui.

A depender do teórico, pode-se, também, considerar que o todo da *charge* é imagético, mesmo que este se apresente com componentes do tipo verbal. Nesse modo de ver, as palavras integrariam a imagem, perdendo sua função de explicar ou informar. Enfim, são formas diferentes de lançar o olhar sobre um mesmo objeto: a *charge jornalística*. No que se refere à relação entre a linguagem verbal e a não-verbal, Joly (2007) defende a complementaridade como forma avançada de compreender a relação imagem – texto e afirma que “imagens mudam textos, textos mudam imagens”.

Conforme já evidenciado, dentre as 28 *charges jornalísticas* analisadas, apenas uma apresentava exclusivamente elementos visuais, constatando-se, assim, a prevalência desses componentes em sua constituição. Além disso, reconhecemos que as palavras constantes de um texto chargístico também apresentam aspectos

visuais em sua forma de ser e de se mostrar, por exemplo, com letras maiúsculas ou não e com diferentes tipos e cores.

A linguagem visual da charge encontra em componentes verbais não só uma possibilidade de ganhar um quadro narrativo, explicativo, como também de ser modificada em determinados aspectos por intermédio, por exemplo, da ironia que lhe é tão peculiar. Constatando-se que os aspectos verbais de uma *charge* não estão ali presentes tão-somente para descrevê-la, cabe ressaltar que é justamente a tensão entre os componentes verbais e visuais de uma charge que permite extrapolá-la, fazê-la dizer o que não se vê, a partir do que se vê. A charge faz, assim, com que o leitor do jornal encontre o seu sentido imbricado na tensão entre esses componentes, somando-se a eles aspectos de humor, de ironia e de interdiscursividade.

Constatou-se, nas *charges jornalísticas* constantes da página A2, de *Opinião*, o tom irônico de quem diz, mas sem dizer diretamente, ou seja, não se assume declaradamente nada, mas se estabelece no jogo do *ser* e do *parecer* a forma de dizer o que se pretende. Concordamos com Landowski (1995, p. 72), quando este afirma que o tratamento discursivo utilizado pelo chargista possibilita que a *charge se dê a conhecer*, sendo necessário buscar o ângulo sob o qual desvendar a realidade é fundamentalmente conhecível para o ironista, uma vez que seu discurso é o da *transparência das coisas*.

Ao contrário de algumas áreas, a *Comunicação* e a *Semiótica*, notoriamente reconhecem a imagem como portadora de informação, de significação, ou melhor, como detentora da capacidade de se auto-expressar. No entanto, a própria fotografia jornalística, apesar de toda a linguagem que lhe é peculiar, também já foi tomada por alguns como se fosse um elemento auxiliar, ilustrativo da notícia escrita.

Talvez a preocupação seja justamente a imprevisibilidade da imagem, nem sempre conclusiva, visto que, principalmente na *charge*, ela possibilita diversas interpretações com seu caráter lúdico, irônico e intertextual. É possível, também, que tal preocupação remonte a uma questão um pouco mais complexa, à de desqualificação do humor perante a razão, amplamente analisada na teoria bakhtiniana. No entanto, conforme vimos, com esta pesquisa, em momento algum a imagem chargística foi utilizada corriqueiramente, como uma ilustração secundária, um mero suporte para os textos verbais.

Pudemos constatar, de fato, que a *charge jornalística* se trata de um texto visual ou verbo-visual, cujo objetivo maior é o de propor a reflexão mediante o

humor, a ironia e a interdiscursividade, reproduzindo, muitas vezes, mas nem sempre, sujeitos e/ou situações reais e resumindo conflitos e situações sócio-políticas, tais como a deflagração dos ataques do PCC e o conseqüente agravamento da crise na segurança pública nacional.

Ao mencionarmos a ironia chargística como o avesso de um discurso, não procuramos, aqui, dizer que o sentido da *charge* seria o de não ter sentido. Muito pelo contrário, o seu sentido está, via de regra, naquilo que se depreende, inclusive, do que não é dito ou mostrado. O seu *modo de presença*, de *não parecer ser* é que lhe assegura *ser como é*. É assim, inclusive, que o traço se faz texto.

Por fim, o que se constata, de fato, é que a *charge jornalística* – que traz prevalentemente, mas não exclusivamente o traço como texto – é uma forma de crítica humorística a ser, sempre, levada muito a sério.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/011100/p_114.html>. Acesso em: 26 jan 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6024**: numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **NBR 6034**: preparação de índices de publicações – procedimento. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação – apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: as técnicas do jornalismo. 4. ed. São Paulo: Ática. 1990a.

_____. _____.: história da imprensa brasileira. 4. ed. São Paulo: Ática. 1990b.

BAIRON, Sérgio. **Elaboração de projetos**. Aulas apresentadas no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em Comunicação e Semiótica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria E. G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **A comunicação humana**. In: Introdução à lingüística I: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Teoria do discurso**: fundamentos semióticos. 3. ed. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2002.

_____. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

_____. **Problemas de expressão**: figuras de conteúdo e figuras de expressão. Significação, n. 6, 1987.

_____.; FIORIN, José Luiz. **Dialogismo, polifonia e intertextualidade**. São Paulo: EDUSP, 1994.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Elementos de semiologia**. Trad. Izidoro Blikstein. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. **Mitologias**. Trad. Pedro de Souza. São Paulo: Difel, 1981.

_____. **Retórica da Imagem**. O óbvio e o obtuso. Lisboa: Edições 70, 1982.

BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. _____. Outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

BUCCI, Eugenio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____; KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.

CAMARGO, Isaac Antonio. **Modos de presença da imagem na enunciação da mídia jornalística impressa**. São Paulo: Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUCSP, 2002. 92 p.

COELHO, Marcelo. **Notícias sobre a crônica**. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. (Coleção Ensaio Transversais n. 18).

DINIZ, M. L. V. P. **Charge: revelando a foto**. In: *Estudos Lingüísticos*, vol. 29, GEL – Grupos de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, ISSN 1413-0939 (p. 528-533). Bauru: USC, 2000.

DISCINI, Norma. **Comunicação nos textos**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia, literatura**. São Paulo: Contexto, 2004.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005.

_____; SAVIOLLI, Francisco Platão. **Lições de texto: leitura e redação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação**. São Paulo: Publifolha, 2006.

_____. **Manual do projeto gráfico**. São Paulo: Banco de Dados da Biblioteca da Folha, 2000.

FONSECA, Joaquim da. **Caricatura: a imagem gráfica do humor**. Artes e Ofícios/Unisinos, 2005.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semiótica figurativa e semiótica plástica**. In *Significação: Revista Brasileira de Semiótica*, n. 4 - junho de 1984. p.18-46.

_____. **Sobre os sentidos**. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. Trad. Alceu Dias Lima et alii. São Paulo: Cultrix, 1989.

IBRI, Ivo Assad. **Sistemas Intersemióticos – Semiótica e Epistemologia**: os fundamentos pragmáticos da comunicação. Aulas apresentadas no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em Comunicação e Semiótica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2007. Coleção Ofício de Arte e Forma.

KOCH, Ingedore G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

LAGE, N. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 2006.

LANDOWSKI, Eric. **Aquém ou além das estratégias**: a presença contagiosa. In: Documentos de Estudo do Centro de Pesquisas Sociosemióticas – 3. São Paulo: Edições CPS, 2005.

_____. **A sociedade refletida**: ensaios de sociosemiótica. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.

_____. **Masculino, feminino, social**. In: Nexos: revista de estudos de comunicação e educação da Universidade Anhembi Morumbi, ano II, n. 3. São Paulo: Terra, ago./1998.

_____. **Não se brinca com o humor**: a imprensa política e suas charges. In: Face: Revista de Semiótica e Comunicação. v. 4, n. 2. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. São Paulo: nov./1995.

_____; FIORIN, José Luiz. **O gosto da gente, o gosto das coisas**: abordagem semiótica. São Paulo: Educ, 1997.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963.

LOPES, Ivã Carlos; HERNANDES, Nilton (Org.). **Semiótica**: objetos e práticas. São Paulo: Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MELLO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIGUEZ, Íris Carolina Lopes de Souza. **Arranjos combinatórios**: a charge nos estratagemas de construção da identidade do jornal. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUCSP, 2003. 138 p.

MORAES, Dênis de. **O rebelde do traço**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MOTTA, Leda Tenório da. **Sistemas visuais**: abordagem crítica nas mídias. Aulas apresentadas no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em Comunicação e Semiótica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. **Sistemas corporais**: Regimes de Sentido em Imagem e Som. Aulas apresentadas no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em Comunicação e Semiótica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. **O abismo da palavra**. São Paulo: Iluminuras, 1995.

OLIVEIRA, Ana Claudia Mei Alves de. **Semiótica discursiva**. Aulas apresentadas no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em Comunicação e Semiótica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____; LANDOWSKI, Eric. **Do inteligível ao sensível**. São Paulo: Educ, 1995.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. **Semiótica visual**: os percursos do olhar. São Paulo: Contexto, 2004.

PINHEIRO, Amálio. **Editorial**. Face: Revista de Semiótica e Comunicação. maio, nº especial. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica.

POSSENTI, Sírio. **Os humores da língua**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

REVISTA CAROS AMIGOS: PCC. São Paulo: Casa Amarela. Ano X, número 28, maio 2006. Edição Extra.

REVISTA ILLUSTRADA: janeiro de 1876 – 1898 (Rio de Janeiro – RJ). Disponível em: <<http://www.designbrasil.org.br/portal/almanaque/enciclopedia.jhtml?indice=i>>. Acesso em: 26 jan 2008.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge Jornalística**: intertextualidade e polifonia. Maringá: Eduem, 2000.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das mídias**. São Paulo: Experimento, 1996.

_____; NÖTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. rev. e ampl. de acordo com a ABNT. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, L. C. P. **Charge política**: o poder e a fenda. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUCSP, 1986. 92 p.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem**: problemas e técnicas na produção oral e escrita. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

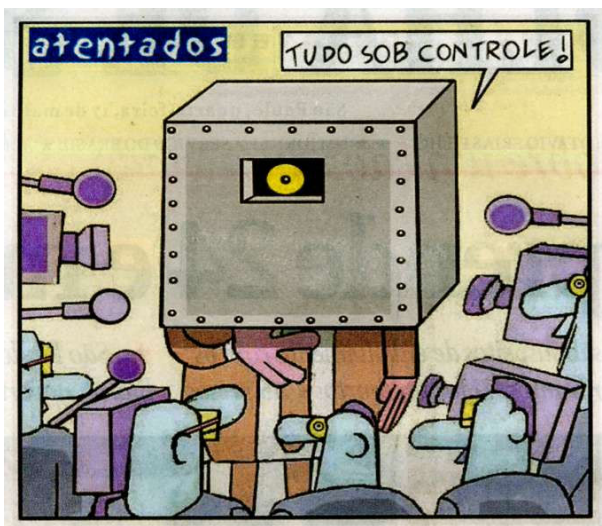
ANEXO A – Charges veiculadas no jornal *Folha de S.Paulo* referentes à crise de segurança pública deflagrada pelo PCC em 2006



Charge 1: *Folha de S.Paulo*, p. A2, de 15.05.2006



Charge 2: *Folha de S.Paulo*, p. A2, de 16.05.2006



Charge 3: *Folha de S.Paulo*, p. A2, de 17.05.2006



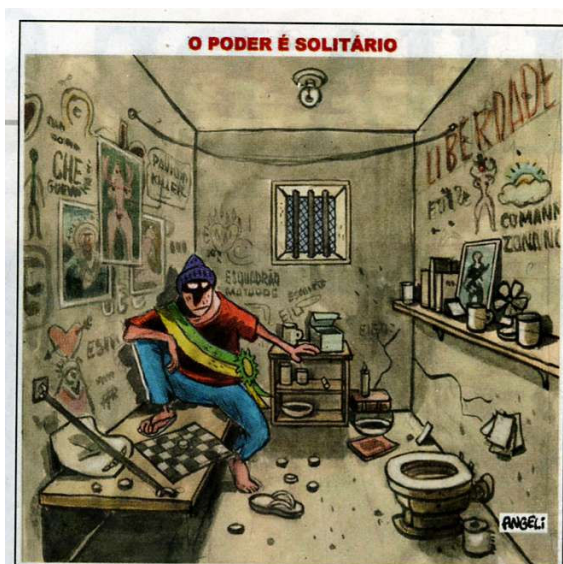
Charge 4: *Folha de S.Paulo*, p. A2, de 18.05.2006



Charge 5: *Folha de S.Paulo*, p. A2, de 19.05.2006



Charge 6: *Folha de S.Paulo*, p. A2, de 20.05.2006



Charge 7: Folha de S.Paulo, p. A2, de 21.05.2006



- Nesta caixa de sapatos temos a 'causa', nesta outra, o 'efeito' e, na caixinha de fósforos, as 'soluções'!

Charge 8: Folha de S.Paulo, p. A2, de 22.05.2006

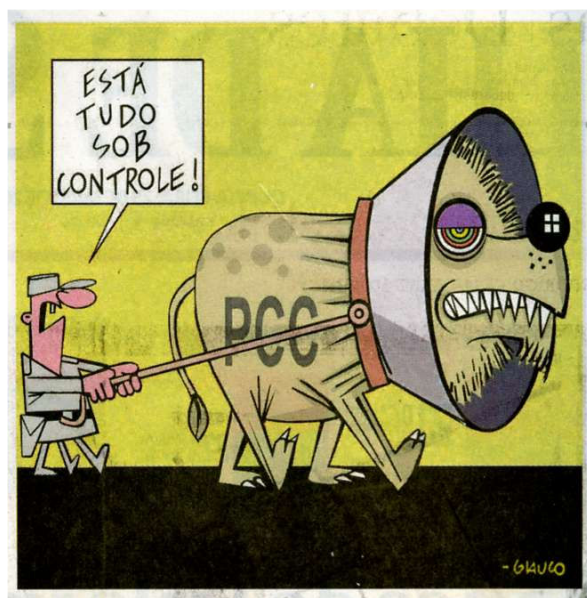


Charge 9: Folha de S.Paulo, p. A2, de 23.05.2006



- Eu também! Estou o dia inteiro neste vai-e-vem e, até agora, nenhuma notícia do meu filho!

Charge 10: Folha de S.Paulo, p. A2, de 24.05.2006



Charge 11: Folha de S.Paulo, p. A2, de 25.05.2006



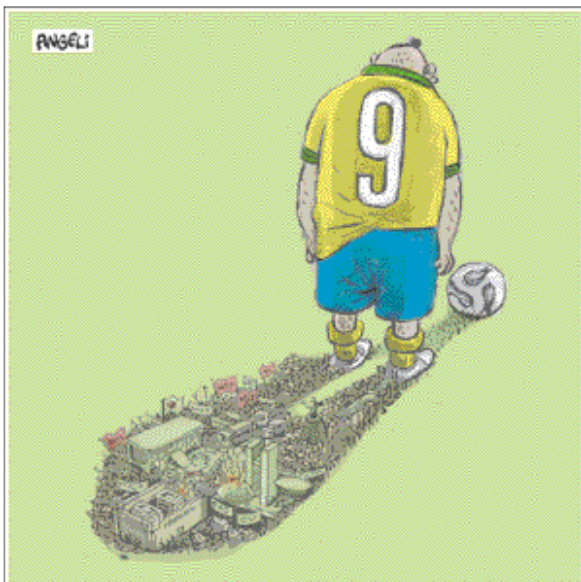
Charge 12: Folha de S.Paulo, p. A2, de 26.05.2006



Charge 13: Folha de S.Paulo, p. A2, de 01.06.2006



Charge 14: Folha de S.Paulo, p. A2, de 04.06.2006



Charge 15: Folha de S.Paulo, p. A2, de 13.06.2006



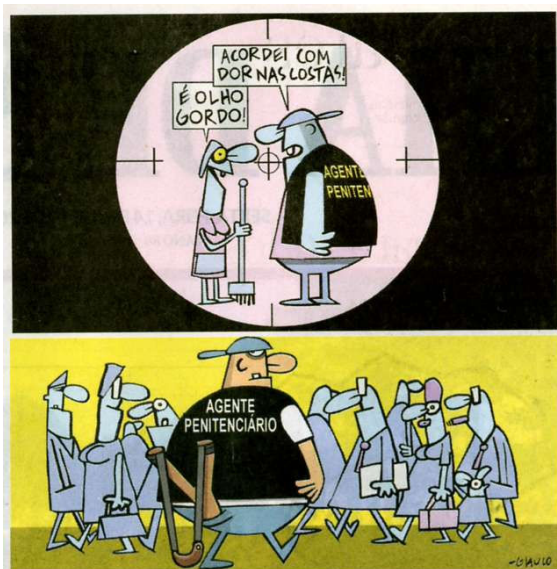
Charge 16: Folha de S.Paulo, p. A2, de 29.06.2006



Charge 17: Folha de S.Paulo, p. A2, de 06.07.2006



Charge 18: Folha de S.Paulo, p. A2, de 11.07.2006



Charge 19: Folha de S.Paulo, p. A2, de 14.07.2006



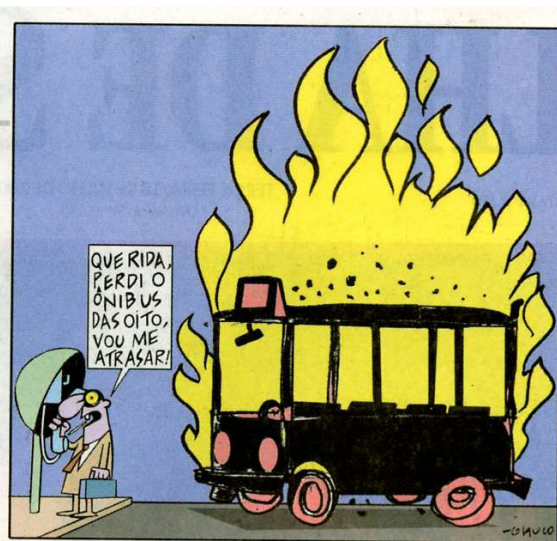
Charge 20: Folha de S.Paulo, p. A2, de 15.07.2006



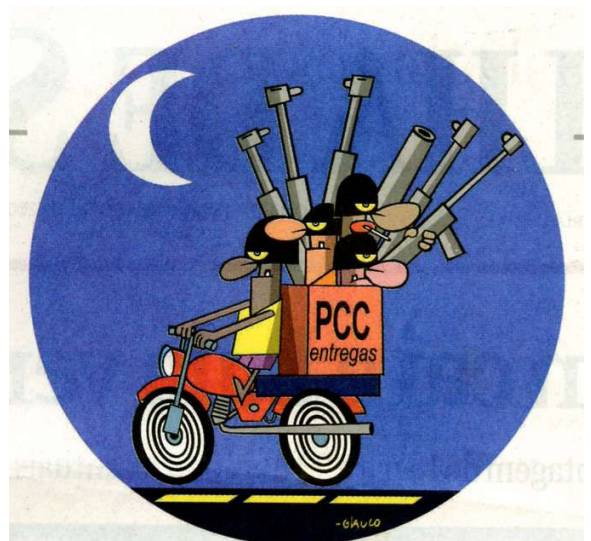
Charge 21: Folha de S.Paulo, p. A2, de 16.07.2006



Charge 22: Folha de S.Paulo, p. A2, de 17.07.2006



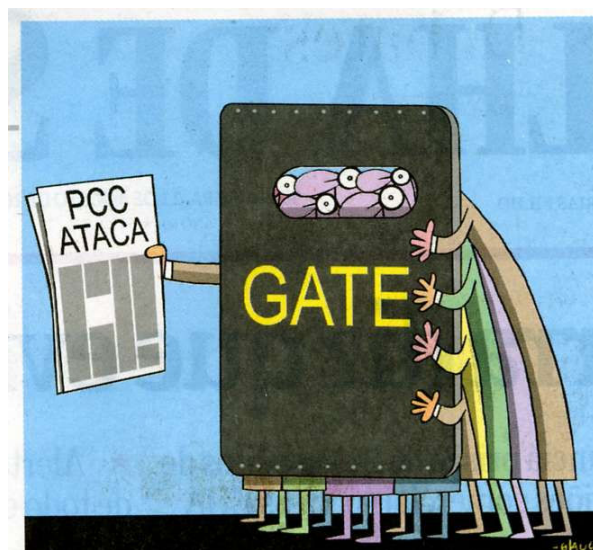
Charge 23: Folha de S.Paulo, p. A2, de 18.07.2006



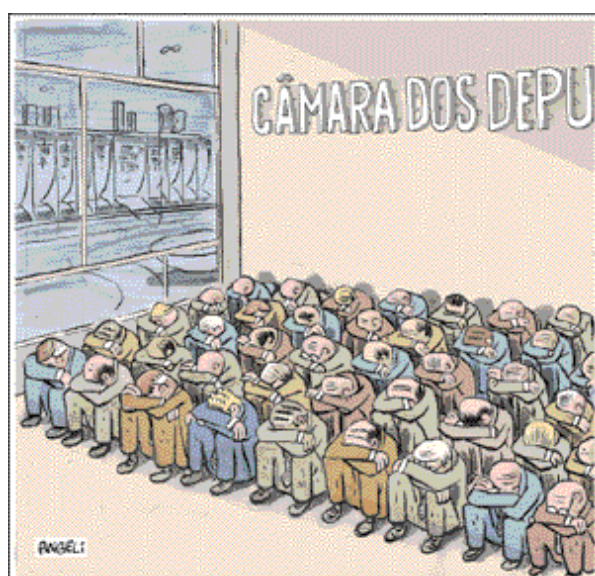
Charge 24: Folha de S.Paulo, p. A2, de 09.08.2006



Charge 25: Folha de S.Paulo, p. A2, de 10.08.2006



Charge 26: Folha de S.Paulo, p. A2, de 11.08.2006



Charge 27: Folha de S.Paulo, p. A2, de 13.08.2006



Charge 28: Folha de S.Paulo, p. A2, de 15.08.2006

QUADRO RESUMO

| ONDA DE ATAQUE | PERÍODO | DIAS DE ATAQUES | DATAS DE PUBLICAÇÃO DAS CHARGES | CHARGES PUBLICADAS COM ESSA TEMÁTICA |
|----------------|-----------------------|---------------------|--|--------------------------------------|
| 1ª | De 12/05 a 19/05/2006 | 8 dias consecutivos | 15.05.2006 16.05.2006 17.05.2006 18.05.2006 19.05.2006 20.05.2006 21.05.2006 22.05.2006 23.05.2006 24.05.2006 25.05.2006 26.05.2006 01.06.2006 04.06.2006 13.06.2006 29.06.2006 06.07.2006 | 17 |

| QUADRO RESUMO | | | | |
|-----------------------|-----------------------|------------------------|--|---|
| ONDA DE ATAQUE | PERÍODO | DIAS DE ATAQUES | DATAS DE PUBLICAÇÃO DAS CHARGES | CHARGES PUBLICADAS COM ESSA TEMÁTICA |
| 2 ^a | De 11/07 a 17/07/2006 | 7 dias consecutivos | 11.07.2006 14.07.2006 15.07.2006 16.07.2006 17.07.2006 18.07.2006 | 6 |
| 3 ^a | De 07/08 a 10/08/2006 | 4 dias consecutivos | 09.08.2006 10.08.2006 11.08.2006 13.08.2006 15.08.2006 | 5 |
| | | | | Total = 28 |

Fonte: Folha de S.Paulo (páginas A2: das edições cujas datas são aqui mencionadas No campo "Datas de Publicação das Charges")

ANEXO B – Estatuto do PCC⁴¹

“1. Lealdade, respeito e solidariedade acima de tudo ao Partido.

2. A luta pela liberdade, justiça e paz.

3. A união da luta contra as injustiças e opressão dentro da prisão.

4. A contribuição daqueles que estão em liberdade com os irmãos que estão dentro da prisão, através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate.

5. O respeito e a solidariedade a todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, porque aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade, será excluído e repudiado do Partido.

6. Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre leal e solidário a todos os seus integrantes para que não venham a sofrer nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos.

7. Aquele que estiver em liberdade ‘bem estruturado’, mas que esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, será condenado à morte sem perdão.

8. Os integrantes do Partido têm que dar bons exemplos a serem seguidos. E por isso o Partido não admite que haja: assalto, estupro, e extorsão dentro do sistema.

9. O Partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade, a solidariedade e o interesse comum ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos por um.

10. Todo integrante tem que respeitar a ordem e disciplina do Partido. Cada um vai receber de acordo com aquilo que fez por merecer. A opinião de todos será ouvida e respeitada. Ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido.

11. O Primeiro Comando da Capital - PCC - fundado em 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças, do Campo de Concentração ‘anexo’ à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto ‘a Liberdade, a Justiça e a Paz’.

⁴¹ Fonte: BARROS, João de. A construção do PCC. **Caros Amigos: PCC**, São Paulo, Ano X, n. 28, 28.05.2006. p. 5. Edição extra.

12. O Partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acordo com a sua capacidade para exercê-la.

13. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 2 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o sistema e fazer essas autoridades mudarem a prática carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, tortura, massacres nas prisões.

14. A prioridade do Comando no momento é pressionar o Governo do Estado de São Paulo a desativar aquele Campo de Concentração, 'anexo' à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do Comando, no meio de tantas lutas inglórias e tantos sofrimentos atrozes.

15. Partindo do Comando da Capital do QG do Estado, as diretrizes de ações organizadas e simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteiras, até a vitória final.

16. O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os sistemas penitenciários do Estado e conseguimos nos estruturar também no lado de fora, com muito sacrifício e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos a nível estadual e a médio e longo prazo nos consolidaremos a nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV e PCC iremos revolucionar o país dentro das prisões e o nosso braço armado será o 'Terror dos Poderosos' opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangu I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade, na fabricação de monstros.

Conhecemos a nossa força e a força de nossos inimigos. Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido.”

ANEXO C – Carta de Misael Aparecido da Silva (um dos fundadores do Primeiro Comando da Capital)⁴²

De acordo com o jornalista João de Barros (2006, p. 11), a carta, profética, data de 1995 é uma premonição diante dos acontecimentos de maio de 2006. Segue o texto:

"Não somos uma organização criminosa, muito menos uma facção, não somos uma utopia e sim uma transformação e uma nova filosofia: Paz, Justiça e Liberdade. Fazemos parte de um comportamento carcerário diferente, em que um irmão jamais deixará outro irmão sob o peso da mão de um opressor; somos um sonho de luta, somos uma esperança permanente de um sistema mais justo, mais igual, em que o oprimido tenha pelo menos uma vida mais digna e humana.

Nascemos num momento de opressão, em um campo de concentração, e sobrevivemos através de uma união. A semente foi plantada no asfalto, no cimento; foi regada a sangue, a sofrimento. Ela gerou vida, floresceu, e hoje se tornou o 'braço forte' que luta a favor de todos os oprimidos, que são massacrados por um sistema covarde, capitalista e corrupto – um sistema que só visa massacrar o mais fraco. O sistema insiste em nos desmoralizar com calúnias e difamações; nos rotulam como monstros, como anti-sociais, mas tudo isso é parte de uma engrenagem que só visa esconder uma realidade, uma verdade; ou seja, o sistema precisa de um bode expiatório.

Muitos irmãos já morreram nessa luta desigual, muitos se sacrificaram de corpo e alma por um ideal... O que o sistema negava, o que ele repudiava, hoje ele é obrigado a admitir que existe. O próprio sistema criou o Partido. O Partido é parte de um sonho de luta; hoje somos fortes onde o inimigo é fraco. A nossa revolução está apenas começando; hoje estamos preparados, psicologicamente, espiritualmente e materialmente, para dar a nossa própria vida em prol da causa. A revolução começou no sistema penitenciário e o objetivo é maior, revolucionar o sistema governamental, acabar com este regime capitalista, em que o rico cresce e sobrevive massacrando a classe mais carente.

Enquanto crianças morrerem de fome, dormirem na rua, não tiverem oportunidade de uma alfabetização, de uma vida digna, a violência só se tornará

⁴² Idem, ibidem. p. 11.

maior. As crianças de hoje, que vendem doces no farol, que se humilham por uma esmola, no amanhã bem próximo, através do crime, irão com todo ódio, toda rebeldia, transformar seus sonhos em realidade, pois o oprimido de hoje será o opressor de amanhã.

O que não se ganha com palavras se ganhará através da violência e de uma arma em punho. Nossa meta é atingir os poderosos, os donos do mundo e a justiça desigual; não somos criminosos por opção e sim somos subversivos e idealistas. Se iremos ganhar essa luta não sabemos, creio que não, mas iremos dar muito trabalho, pois estamos preparados para morrer e renascer na nossa própria esperança de que nosso grito de guerra irá se espalhar por todo o País. Pois se derramarem nosso sangue, e o nosso partido for escutado, com certeza aparecerão outros que irão empunhar armas em prol de uma única filosofia: Paz, Justiça e Liberdade – SE TIVERMOS QUE AMAR, AMAREMOS; SE TIVERMOS QUE MATAR, MATAREMOS."

ANEXO D – Íntegra do manifesto do PCC veiculado em 13.08.2006 pela Rede Globo⁴³

Em DVD exibido na madrugada de 13.08.2006, na Rede Globo, um homem lê o seguinte manifesto:

“Como integrante do Primeiro Comando da Capital, o PCC, venho pelo único meio encontrado por nós para transmitir um comunicado para a sociedade e os governantes.

A introdução do Regime Disciplinar Diferenciado [RDD] pela lei 10.792/2003, no interior da fase de execução penal, inverte a lógica da execução penal. É coerente com a perspectiva de eliminação e inabilitação dos setores sociais redundantes [sic], leia-se 'a clientela do sistema penal, a nova punição disciplinar inaugura novos métodos de custódia e controle da massa carcerária, conferindo à pena de prisão o nítido caráter de castigo cruel.

O Regime Disciplinar Diferenciado agride o primado da ressocialização do sentenciado vigente na consciência mundial desde o ilusionismo [sic] e pedra angular do sistema penitenciário, a LEP [Lei de Execuções Penais].

Já em seu primeiro artigo, traça como objetivo do cumprimento da pena a reintegração social do condenado, a qual é indissociável da efetivação da sanção penal. Portanto, qualquer modalidade de cumprimento de pena em que não haja constância dos dois objetivos legais, castigo e a reintegração social, com observância apenas do primeiro, mostra-se ilegal, em contradição à Constituição Federal.

Queremos um sistema carcerário com condições humanas, não um sistema falido, desumano, no qual sofremos inúmeras humilhações e espancamentos.

Não estamos pedindo nada mais do que está dentro da lei. Se nossos governantes, juízes, desembargadores, senadores, deputados e ministros trabalham em cima da lei, que se faça justiça em cima da injustiça que é o sistema carcerário, sem assistência médica, sem assistência jurídica, sem trabalho, sem escola, enfim, sem nada.

Pedimos aos representantes da lei que se faça um mutirão judicial, pois existem muitos sentenciados com situação processual favorável dentro do princípio da dignidade humana.

⁴³ GUERRA Urbana: leia íntegra do manifesto do PCC. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 ago. 2006. Caderno cotidiano, p. C3.

O Regime Disciplinar Diferenciado é inconstitucional. O Estado Democrático de Direito tem a obrigação e o dever de dar o mínimo de condições de sobrevivência para os sentenciados. Queremos que a lei seja cumprida na sua totalidade. Não queremos obter nenhuma vantagem.

Apenas não queremos e não podemos sermos [sic] massacrados e oprimidos. Queremos que: I – As providências sejam tomadas, pois não vamos aceitar e não ficaremos de braços cruzados pelo que está acontecendo no sistema carcerário.

Deixamos bem claro que nossa luta é contra os governantes e os policiais. E que não mexam com nossas famílias que não mexeremos com as de vocês. A luta é entre nós e vocês.”

ANEXO E – Íntegra do comunicado divulgado em 13.08.2006 pela Rede Globo⁴⁴

“Enquanto a TV Globo aguarda com ansiedade a libertação do repórter Guilherme Portanova, seqüestrado ontem [sábado], divulga as seguintes informações:

Tão logo a TV Globo tomou conhecimento da exigência dos seqüestradores na noite de sábado, fez consultas ao International News Safety Institute (INSI), com sede em Bruxelas, ao qual a emissora é filiada desde que o instituto foi fundado.

Luiza Rangel, de Caracas, coordenadora do INSI para América Latina, atestou que em situações de extrema emergência como a que a TV Globo viveu, quando os prazos são exíguos e quando não se têm dúvidas sobre o descompromisso dos bandidos para com a vida humana, a postura correta é ceder às exigências, dando antes ciência à polícia sobre o conteúdo do que irá divulgar. Segundo ela, situações assim foram vividas recentemente na Índia e no Oriente Médio.

Orientada por Luiza Rangel, a emissora também entrou em contato com Tim Crocket, chefe do escritório de Atlanta do The AKE Group, uma empresa especializada em gestão de riscos e segurança, que presta serviços à INSI, e tem escritórios nos Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Paquistão e Iraque. Tim Crocket deu a mesma orientação que Luiza Rangel: nas condições em que nos encontrávamos, não havia alternativa. Ele recomendou que entrássemos em contato ainda com Tom O'Neil, consultor do escritório no Líbano, especializado neste tipo de ação, O'Neil repetiu as mesmas recomendações.

A idéia inicial da TV Globo era tomar uma decisão em conjunto com as entidades de classe do setor. Mas como tudo se deu na noite de sábado, foi impossível esperar até que o setor se pronunciasse.

Diante do que vem acontecendo em São Paulo nos últimos meses, não havia dúvida sobre até onde as ações dos bandidos podem chegar: basta dizer que os mortos já se contam às centenas. Inexistindo dúvida sobre o risco real que o repórter Guilherme Portanova sofre, e não havendo tempo para uma decisão em conjunto com seus pares, a TV Globo mostrou o conteúdo do DVD à polícia e decidiu exibir o vídeo no Estado de São Paulo.

⁴⁴ GUERRA Urbana: “aguardamos a liberação do repórter”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 ago. 2006. Caderno cotidiano, p. C3.

No mesmo instante, porém, decidiu também convocar as entidades do setor para que a situação seja discutida por todos e que os próximos passos sejam decididos em conjunto.

A TV Globo espera que o jornalista Guilherme Portanova seja libertado imediatamente e possa voltar à convivência de sua família e de seus colegas de trabalho. Agradece a solidariedade que vem recebendo de seus telespectadores e de seus pares e manifesta a confiança de que a nação brasileira saberá encontrar caminhos para pôr fim a esse quadro de insegurança pública.

Central Globo de Comunicação

São Paulo, 13/8/2006”